

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Giovana da Silva Gouvêa

Linha de Pesquisa: Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

Período de Coleta: 01 de novembro de 2023 até 30 de novembro de 2023

Data da notícia: **01/11/2023**

Título: STF vai julgar lei que permite a Tarcísio entregar terras devolutas a latifundiários

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/01/stf-vai-julgar-lei-que-permite-a-tarcisio-e-entregar-terras-devolutas-a-latifundiarios>

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar a constitucionalidade de uma lei estadual de São Paulo que permite ao governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) a entrega de terras devolutas a latifundiários com até 90% de desconto. O tema foi colocado na pauta do plenário virtual do Supremo pela ministra Cármen Lúcia e será julgado entre os dias 10 e 20 de novembro.

As terras devolutas são áreas públicas que nunca tiveram proprietários formais, e que devem ser destinadas à reforma agrária. A Constituição veda a venda desses terrenos. Entretanto, desde julho 2022, uma lei aprovada pela Alesp e sancionada pelo então governador Rodrigo Garcia (PSDB) autorizou a comercialização das áreas em São Paulo.

Apesar de ter sido aprovada durante a gestão de Garcia, a lei ganhou tração depois que Tarcísio, ex-ministro no governo de Jair Bolsonaro (PL) e eleito para o Palácio dos Bandeirantes com apoio do agronegócio, assumiu o governo. As entregas começaram no último mês de setembro.

O tema está na gaveta da ministra desde 19 de dezembro de 2022, quando a bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) protocolou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) questionando a venda das terras para fazendeiros.

Em 1º de junho deste ano, a bancada petista na Alesp enviou um ofício a Cármen Lúcia, relatora da Adin, solicitando celeridade na análise da ação. Semanas depois, em 27 de junho, a ministra recebeu os deputados estaduais paulistas Eduardo Suplicy (PT) e Simão Pedro (PT), em audiência solicitada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira.

Durante o encontro, Cármen Lúcia chegou a sinalizar que publicaria seu parecer sobre a matéria ainda em agosto deste ano, o que não aconteceu – só agora o assunto foi colocado em pauta. A Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) já declararam nos autos da Adin que consideram a lei paulista inconstitucional.

Data da notícia: **01/11/2023**

Título: Governo quer usar aumento de tributação de armas para pagar pensões a órfãos do feminicídio

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/01/governo-quer-usar-aumento-de-tributacao-de-armas-para-pagar-pensoes-a-orfaos-do-feminicidio>

O governo federal quer utilizar os recursos com o aumento da tributação sobre armas sancionado nesta terça-feira (31) para custear as pensões aos órfãos de mulheres vítimas de feminicídio, instituída pelo governo Lula e publicada no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (1º). A proposta de vincular o recurso com o aumento da tributação de armas consta de uma manifestação do ministro Fernando Haddad que foi encaminhada ao presidente Lula para subsidiá-lo na sanção da proposta que aumentou de 29,25% para 55% o IPI sobre armas. O Brasil de Fato teve acesso ao documento que sinaliza o interesse do governo.

De acordo com as previsões do Ministério da Fazenda, o aumento da tributação sobre armas deve trazer uma arrecadação de R\$ 342 milhões em 2024 e de R\$ 377 milhões em 2025 que pode ser utilizada para custear as pensões: “Informa-se que o impacto orçamentário-financeiro positivo decorrente da edição do decreto poderá ser utilizado como fonte de compensação para as seguintes medidas: (1) despesa decorrente do Projeto de Lei nº 976, de 2022, que ‘Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio’, afirma o ministro Fernando Haddad em manifestação encaminhada ao Palácio do Planalto.

Na sequência, o ministro também afirma que a medida pode ajudar a custear também a proposta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de criar um novo título para ajudar a financiar as atividades do banco de fomento chamada de Letra de Crédito do Desenvolvimento. A proposta do banco é de que esse título seja isento de imposto de Renda, o que exige alguma medida de compensação financeira por parte do governo. A indicação de verbas para custear programas e propostas do governo é uma medida obrigatória para que o governo não crie uma despesa sem ter condições de custear.

A proposta de ampliar a tributação de armas é mais uma das medidas para reverter a política do governo Jair Bolsonaro de flexibilizar e estimular o acesso a armas pela população. No ano passado, Bolsonaro havia editado um decreto que reduzia de forma geral em 35% o IPI, o que incluiu armas e munições. Com a medida do governo Lula, na prática, essa redução na tributação de armas e cartuchos foi revertida.

Para Haddad, a medida é importante para trazer justiça fiscal, uma vez que aumenta a tributação sobre itens considerados supérfluos, como armas e munições e ainda pode contribuir para combater a violência no país. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre os anos de 2020 e 2021, o número de mortos por armas de fogo de mão cresceu 24,5%, saindo de de 3.118 para 3.878. Além disso, segundo Haddad, estudos apontam que a maior parte dos armamentos utilizados para o cometimento de crimes são de origem legal e produzidos nacionalmente.

“Diante do exposto, verifica-se que a elevação das alíquotas do IPI sobre armas de fogo e munições é medida justa, que atende ao princípio constitucional da seletividade e que pode gerar benefícios em prol de toda sociedade, com o aumento da receita fiscal e a potencial diminuição dos índices de violência em geral. Além disso, a iniciativa pode ajudar a cobrir os custos adicionais com os quais o Estado precisa arcar para tratar as vítimas de violência e promover a segurança pública”, segue o ministro na manifestação.

Projeto foi apresentado por Maria do Rosário

O presidente Lula sancionou, na tarde desta terça-feira (31), a lei que cria uma pensão especial de um salário mínimo para órfãos de mulheres vítimas de feminicídio. O projeto de lei foi apresentado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS) e aprovado no Congresso antes de ir para a sanção do presidente. A proposta visa beneficiar filhos e dependentes cuja renda familiar per capita mensal seja de até 25% do salário mínimo, o que corresponde a R\$ 330 pelos valores atuais. A política prevê que tenham direito ao auxílio todos os filhos que tiverem menos de 18 anos na data da morte da mãe e o benefício deve ser concedido mediante requerimento sempre que houver "fundados indícios de materialidade do feminicídio".

"É preciso garantir que as pessoas que são vítimas da violência não tenham os seus filhos abandonados pelo Estado. Se o Estado não cuidou da pessoa e permitiu que ela fosse vítima, o Estado precisa pelo menos assumir a responsabilidade de cuidar das crianças", argumentou Lula, ao comentar o assunto durante transmissão virtual ocorrida na manhã desta terça.

A nova lei fixa que, caso o processo judicial transitado em julgado aponte que não houve feminicídio, o pagamento do valor deverá ser imediatamente suspenso. Nesse tipo de situação, os beneficiários não ficam obrigados a ressarcirem os valores aos cofres públicos, a não ser em caso de comprovada má-fé. A norma determina ainda que a pensão não poderá ser acumulada junto com benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) nem com regimes próprios de previdência ou do sistema de proteção social dos militares.

As despesas criadas pela lei serão atreladas à área de assistência social do Executivo e por isso deverão ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA) enviada ao Congresso Nacional. Pela nova norma, o benefício deverá ser pago pelo Estado até que o filho da vítima complete 18 anos de idade.

Data da notícia: **03/11/2023**

Título: Indígenas Xokleng, que venceram tese do marco temporal no STF, enfrentam calamidade pública por enchente em SC

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/03/indigenas-xokleng-que-venceram-tese-do-marco-temporal-no-stf-enfrentam-calamidade-publica-por-enchente-em-sc>

Mesmo após a derrota do marco temporal no Supremo Tribunal Federal (STF), a comunidade Laklãnõ Xokleng, em Santa Catarina, segue apreensiva sobre o futuro do seu território.

A disputa pela demarcação desta terra indígena foi o que motivou a Corte a realizar uma votação com repercussão geral para definir, afinal, se a tese jurídica teria validade no Brasil ou não

A tese do marco temporal previa que só poderiam ser demarcados os territórios que estavam ocupados por indígenas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A ideia foi derrotada, mas a questão específica dos Xokleng ainda não foi avaliada pelos ministros.

Enquanto aguarda a definição de Brasília, o povo Xokleng vive uma situação definida como 'calamidade pública' por lideranças locais e autoridades que acompanham a situação.

Por conta da chuva que atinge o estado, parte da comunidade está alagada. A situação se intensificou quando, no início do mês, uma barragem dentro da terra indígena foi fechada para evitar que enchentes atingissem cidades do estado que ficam na região conhecida como Vale Europeu.

No entanto, a medida do governo de Jorginho Mello (PL) inundou parte do território.

"A terra indígena está passando por uma situação muito difícil, por conta da enchentes o território está coberto de água. A terra onde a gente sempre viveu está nessa situação. É um momento triste da história do povo Xokleng", afirma Brasília Priprá, liderança local, ao Brasil de Fato.

A barragem foi construída em 1972, durante a ditadura militar, mas só foi concluída nos anos 1990. Ela deixou de ser utilizada em 2014 e, após nove anos, o governo estadual resolveu reativá-la.

A medida foi contestada pela comunidade local por conta da incerteza dos resultados da reativação uma estrutura de mais de 50 anos, que estava há quase dez parada.

Ao Brasil de Fato, o governo de SC afirmou que "inicialmente haviam dúvidas em relação à viabilidade técnica de operação já que seria necessário a utilização de equipamentos externos", mas não explicou o que mudou no diagnóstico para decidir ativar a estrutura.

No dia que a barragem foi fechada, a Polícia Militar de Santa Catarina entrou no território indígena e atirou contra a população usando armamento não letal.

O governo do estado alega que a decisão veio após um pedido da Polícia Federal e os disparos aconteceram após ameaças a agentes.

Quando o conflito se intensificou, o Ministério dos Povos Indígenas prontamente enviou a secretária de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas, Eunice Kerexu, para ajudar nas negociações.

"Quando chegamos à terra indígena, encontramos uma comunidade revoltada, com medo, uma comunidade desconfiada e em choque, emocionalmente falando. Então a gente teve que ter muito cuidado, porque a reação da comunidade era de não ter ninguém naquele território ali", afirmou a secretária.

Segundo Kerexu, já se previa episódios de conflito após a derrubada do marco temporal. Segundo ela, a derrota da tese "deixou um alerta que poderia ter conflito no território, poderia ter ataques contra os povos indígenas".

O deputado estadual Marco José de Abreu (PSOL-SC), conhecido como Marquito, esteve no território no momento em que a situação se intensificou. Segundo ele, o governo do estado não vem cumprindo com as contrapartidas oferecidas no acordo para o fechamento da barragem.

"O que a gente tem hoje é que mais de um terço das famílias do território está em isolamento, em situações de alojamento precário. A gente sabe que tem famílias recebendo 20 litros de água por semana. Tem casas que ficaram condenadas. Muito daquilo que era previsto pelo governo foi extrapolado. Teve ponte com água de mais de 20 metros acima. Linhas de transmissão submersas, estadas também".

Segundo o governo de SC, "o processo de vertimento é controlado e gradual e a segurança da barragem foi atestada e monitorada por engenheiros do estado". A administração de Santa Catarina também afirmou que a quantidade de água critérios de aplicação de Itens de Ajuda Humanitária (IAH).

O povo Xokleng reivindica a demarcação de um território de aproximadamente 37 mil hectares e vive hoje em uma região de 14 mil. A luta pelo território existe desde o início do século 20, quando o povo vivia um conflito por conta da recente colonização alemã e italiana na região.

Relatos históricos contam que o povo originário foi perseguido por "bugreiros", pessoas contratadas pelos governos das províncias imperiais do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina para atacar e dizimar aldeias.

Data da notícia: **06/11/2023**

Título: Atingidos de Brumadinho prestam solidariedade aos de Mariana em Minas Gerais

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/06/atingidos-de-brumadinho-prestam-solidariedade-aos-de-mariana-em-minas-gerais>

No marco dos oito anos do crime da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana (MG), no último domingo (5), atingidos de Brumadinho, que também enfrentaram, em 2019, o rompimento da barragem da Vale em Córrego do Feijão, foram até Bento Rodrigues, subdistrito devastado pela lama, prestar solidariedade às famílias.

Compreendendo que são parte da mesma luta, vinte lideranças comunitárias de Pires, Quilombo do Sapé, Marinhos e Ribeirão, Ponte das Almorreimas, Tejuco, Monte Cristo, Amianto, Canto do Rio, Centro, além do próprio Córrego do Feijão, participaram de uma missa e de um ato que lembraram e denunciaram um dos maiores crimes socioambientais do país.

"As lideranças de Bento nos pediram desculpas porque os seus gritos não foram suficientes para impedir o rompimento em Brumadinho. Nós pedimos desculpas para eles porque não escutamos os gritos de Mariana como deveríamos. Até hoje, a Vale não pediu desculpas para ninguém, e nem foi responsabilizada por ambos os crimes", disse a atingida Marina Oliveira, nas redes sociais.

O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, deixou 19 mortos, contaminou o Rio Doce, o solo e o ar, e destruiu modos de vida das comunidades ao longo de toda a bacia. Até os dias de hoje, os atingidos não tiveram garantida a reparação integral pelos danos sofridos.

Data da notícia: **06/11/2023**

Título: Acampado do MST em Pernambuco é executado com tiros na nuca e nas costas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/06/acampado-do-mst-em-pernambuco-e-executado-com-tiros-na-nuca-e-nas-costas>

Por volta das 4h30 da manhã do último domingo (5), o agricultor, acampado e integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Josimar da Silva Pereira foi assassinado na cidade de Vitória de Santo Antão (PE), onde morava. O camponês de 30 anos foi alvejado na nuca e nas costas enquanto se locomovia de moto para o Acampamento Francisco de Assis, onde trabalharia na irrigação do plantio de arroz orgânico. Ainda não se sabe a autoria e a motivação do assassinato.

Josimar atuava na luta pela desapropriação do Engenho São Francisco, onde está localizado o acampamento há 29 anos, uma das ocupações mais antigas do MST no estado pernambucano. Por conta dos conflitos e ameaças envolvendo a disputa pela área, que tem uma ação de reintegração de posse impetrada pela Usina Alcooquímica JB, integrantes da coordenação do acampamento estão no Programa Estadual de Proteção e Defesa de Defensores dos Direitos Humanos. Josimar, no entanto, não estava.

Nesta segunda-feira (6) já estava marcada uma visita do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no território. Na quarta-feira (8) uma audiência no Ministério Público Estadual de Pernambuco está prevista entre o MST e a Usina JB, de propriedade da família Beltrão.

“Neste momento de dor, o MST estende toda solidariedade à família, aos filhos e amigos e exige que os órgãos competentes possam acelerar as investigações e encontrar os culpados desse crime”, afirma nota do movimento. “E que essa área histórica cumpra a sua função social se tornando um assentamento da reforma agrária”, complementa.

Entre sexta-feira (3) e sábado (4) houve um incêndio em uma área de cana-de-açúcar que beira o acampamento. “As coordenadoras tentaram sem sucesso gerar um boletim de ocorrência para denunciar o ocorrido, de modo a preservar de possíveis acusações e retaliações”, informou o MST. De acordo com a coordenação regional do movimento, a delegacia se recusou a fazer o registro.

Acampamento Francisco de Assis

Ao longo das quase três décadas de existência, o Acampamento Francisco de Assis sofreu 16 reintegrações de posse. Em agosto de 2022 houve uma nova ocupação do território, onde vivem atualmente 108 famílias.

A disputa em torno da área fez com que o caso entrasse na Comissão de Conflitos Agrários do estado de Pernambuco. O terreno entrou como prioridade para vistoria e desapropriação por parte do Incra, que há cerca de um mês classificou o engenho como improdutivo. “Mas sabíamos que a usina ia recorrer”, relata Samuel Drummond Scarponi, da direção estadual do MST em Pernambuco.

“A sensação de insegurança para as famílias do acampamento é enorme. Já houve ameaças de pistoleiros e casos de drones jogando veneno em cima das pessoas, inclusive de crianças. Todo dia ali o cenário é de disputa”, resume Scarponi.

Ainda assim, o território é produtivo. Ali as famílias sem-terra cultivam, entre outros produtos, arroz orgânico, banana, macaxeira, inhame, hortaliças, maracujá, côco, além de um viveiro da reforma agrária. Existe também o roçado das mulheres, uma experiência auto-organizativa do setor de gênero da regional Galileia do MST.

O Brasil de Fato pediu informações sobre a morte de Josimar Pereira para a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, do governo de Raquel Lyra (PSDB), mas não teve retorno até o fechamento desta matéria. Caso haja a resposta, o texto será atualizado.

Samuel Scarponi conversou com Josimar pela última vez na sexta-feira (3). Trabalhando como moto-taxista, o camponês lhe contou que pretendia juntar dinheiro para começar a trabalhar com a criação orgânica de galinhas. O velório e o enterro de Josimar estão marcados para esta terça (7).

Data da notícia: **07/11/2023**

Título: Bancada ruralista promete derrubar veto ao marco temporal; indígenas reagem e convocam mobilização

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/07/bancada-ruralista-promete-derrubar-veto-ao-marco-temporal-indigenas-reagem-e-convocam-mobilizacao>

A Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) convocou indígenas de todo país para se mobilizar a favor da manutenção dos vetos presidenciais ao marco temporal. A sessão conjunta do Congresso que irá decidir sobre o tema será na próxima quinta-feira (9).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou os pontos inconstitucionais do projeto de lei, entre eles o critério de tempo para validar demarcações, mas manteve alguns pontos considerados como retrocessos por indígenas e indigenistas, por permitirem a abertura de áreas indígenas ao agronegócio.

Mesmo assim, a bancada ruralista não ficou satisfeita. O setor mais poderoso do Congresso quer ver os retrocessos nos direitos indígenas implementados de forma integral. Por isso, parlamentares financiados pelo agronegócio já afirmaram que pretendem derrubar os vetos presidenciais.

Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), nome oficial da bancada ruralista, classificou os vetos de Lula ao marco temporal como um "enfrentamento" ao Congresso.

"O governo fez a opção de nos enfrentar e governar com o Supremo [Tribunal Federal]. A vontade da população é expressa pela votação dos deputados federais e senadores. A

partir do momento que o governo opta por não respeitar isso, ele tem bônus com a base dele e ônus com o resto do Congresso", disse o parlamentar ao Estadão.

Ruralistas têm maioria

Para derrubar os vetos presidenciais, a sessão conjunta do Legislativo terá que ter maioria absoluta, ou seja, pelo menos 257 votos dos deputados e 41 dos senadores. A tese ruralista foi aprovada com 283 votos na Câmara e 43 no Senado, mais do que o necessário para a derrubada dos vetos.

Se nada mudar até o dia 9 de novembro, lideranças indígenas avaliam nos bastidores que os vetos serão derrubados, reinstituindo o marco temporal das terras indígenas. Pela tese jurídica, só podem ser demarcadas terras ocupadas por indígenas na data da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988.

Movimento indígena vê chance de derrubada parcial de vetos

Uma mobilização nacional foi convocada pela maior e mais influente organização indígena do país, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A entidade pede protestos nas aldeias, nas cidades ou mesmo virtuais, nas redes sociais.

"Sabemos de toda a pressão que a bancada ruralista está fazendo junto aos parlamentares e também ao governo para derrubar os vetos. Por isso temos feito uma estratégia de incidência de agendas com parlamentares, principalmente do Senado para tentar vencer essa questão", disse Kleber Karipuna, coordenador da Apib.

A Apib, que congrega organizações indígenas de todas as regiões do país, acredita que há chances dos vetos serem mantidos. Mas veem a Câmara muito mais refratária às reivindicações dos indígenas do que o Senado.

"Há uma possibilidade grande de reverter esses alguns pontos ou quase sua totalidade no Senado, já que as casas votam separadamente para obter a maioria absoluta", afirmou o coordenador da Apib.

"Para além disso, estamos chamando a mobilização nacional em todo o Brasil. Os parentes devem marcar presença, fazer posicionamentos em atos e manifestações pela manutenção do veto: Congresso, respeite os vetos!", afirmou a liderança indígena.

Data da notícia: **09/11/2023**

Título: Mais de 43 milhões de pessoas na América Latina passam fome, aponta ONU

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/09/mais-de-43-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-passam-fome-aponta-onu>

O percentual de pessoas que passam fome na América Latina e no Caribe caiu de 2021 para 2022, mas ainda há 43,2 milhões de pessoas nessa situação na região. É o que aponta um relatório divulgado nesta quinta-feira (9) pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês). Os detalhes e o documento na íntegra estão disponíveis aqui.

Segundo o levantamento, o índice de fome nos países latinoamericanos e caribenhos passou de 7% em 2021 para 6,5% da população em 2022. A organização aponta melhora nos índices dos países da América do Sul para a melhoria nos resultados. Os números ainda são piores que os registrados em 2019, último ano antes da pandemia de covid-19 (na época eram 5,6%).

A insegurança alimentar (incerteza sobre acesso ou acesso restrito a alimentos) segue como um problema de grande impacto, e atingia 247,8 milhões de pessoas na região em 2022, segundo a FAO. Esse número, porém, teve queda significativa: 16,5 milhões de pessoas a mais estavam nesse grupo em 2021.

Na região conhecida como mesoamérica (que engloba Panamá, Nicarágua, Honduras, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Belize e parte do território do México), aumentou entre 2021 e 2022 a proporção da população que convive com a fome ou a insegurança alimentar moderada ou grave.

"Nossa região enfrenta desafios persistentes como a desigualdade, a pobreza e as mudanças climáticas, que reverteram o progresso na luta contra a fome em pelo menos 13 anos. Este cenário nos obriga a trabalhar juntos e a agir o mais rápido possível", afirmou o vice-diretor e representante regional da FAO para América Latina e Caribe, Mario Lubetkin.

A FAO, que elaborou o documento junto a outras quatro agências das Nações Unidas, aponta que, entre a população mundial, o índice de pessoas com fome se manteve estável em 9,2% entre 2021 e 2022. A crise sanitária causada pela covid tem impacto direto nesses números, assim como outros fatores importantes, como a guerra na Ucrânia e a crise climática.

Data da notícia: **09/11/2023**

Título: Movimento de camelôs ocupa prédio público abandonado na região central do Rio de Janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/09/movimento-de-camelos-ocupa-predio-publico-abandonado-na-regiao-central-do-rio-de-janeiro>

Na manhã desta quinta-feira (9), o Movimento Unidos dos Camelôs (Muca) ocupou um antigo prédio abandonado do INSS na Lapa, região central do Rio de Janeiro. Segundo o movimento, a ação tem como objetivo denunciar a repressão sofrida pelos trabalhadores informais e a falta de moradia na cidade.

A intenção do Muca com a ocupação é fazer com que os camelôs possam morar no centro da cidade, próximos do trabalho, dando função social a prédios públicos vazios que estão abandonados.

"Não é justo termos que passar metade do dia no transporte para trabalhar. O Reviver Centro propõe trazer moradia popular ao Centro, mas essa moradia não é para pobre. Estamos organizando a nossa própria moradia", ressaltou Maria dos Camelôs, coordenadora geral do Muca.

A ocupação, localizada na Rua do Riachuelo 48, foi batizada de Gilberto Domingos, em homenagem ao camelô morto em um atropelamento na madrugada do dia 5 de julho, após uma noite de trabalho no Maracanã.

O imóvel do INSS está abandonado há cerca de 30 anos. Em 2010, 60 famílias foram retiradas do edifício após um processo de reintegração de posse. Um muro foi erguido pela subprefeitura do Centro e, desde então, o imóvel segue vazio sem cumprir a função social da propriedade, como manda a Constituição Federal.

O Brasil de Fato procurou a Prefeitura do Rio de Janeiro para comentar o caso. O governo municipal não respondeu até o fechamento da reportagem. O espaço segue aberto para manifestações.

Data da notícia: **10/11/2023**

Título: 'Trinelegível': mais que Bolsonaro, novo processo no TSE pode atingir em cheio o bolsonarismo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/10/trinelegivel-mais-que-bolsonaro-novo-processo-no-tse-pode-atingir-em-cheio-o-bolsonarismo>

Condenado em 3 das 6 ações de inelegibilidade julgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Jair Bolsonaro (PL) ainda enfrentará 10 processos, e isso apenas na esfera eleitoral. E dessa vez os alvos não se limitam a ele e seu vice na chapa das últimas eleições, o general Walter Braga Netto, também condenado na semana passada. Outras 46 pessoas podem ser declaradas inelegíveis e até perder mandatos vigentes.

O julgamento, iniciado nesta quinta-feira (9), desta vez mira a utilização de dezenas de perfis em redes sociais para supostamente produzir e difundir conteúdos falsos, fake news e ataques orquestrados a opositores durante a corrida eleitoral de 2022. Prática que, de acordo com o Código Eleitoral, configura uso indevido dos meios de comunicação e abuso de poder político - mesma justificativa que gerou três condenações por inelegibilidade a Bolsonaro, duas delas votadas na semana passada.

Para juristas ouvidos pelo Brasil de Fato, eventuais condenações podem causar grande impacto no “sistema nervoso” do bolsonarismo, que desde 2018 estaria se beneficiando de táticas da extrema direita em todo mundo. Para o advogado Acácio Miranda, especialista

em direito penal e eleitoral, há robustez nas provas colhidas durante o processo e uma jurisprudência formada no sentido de aplicar a condenação no caso.

“Quando nós comparamos com as duas condenações anteriores, essa é supostamente mais grave porque envolve fake news, uma estrutura de campanha destinada especificamente à produção de fake news e um corpo de pessoas, todas elas próximas ao ex-presidente. E obviamente a propagação de fake news corresponde a uma irregularidade eleitoral e um dos efeitos é a inelegibilidade”, sustenta.

Alexandre Rollo, Professor de Direito e Conselheiro Estadual da OAB-SP, também reforça o amadurecimento da corte eleitoral sobre a necessidade de frear a desinformação em nome da integridade da democracia. O processo inclui também três filhos do ex-mandatário, Carlos, Flávio e Eduardo Bolsonaro, além de deputados recém-eleitos ou reeleitos, como Carla Zambelli, Alexandre Ramagem, Bia Kicis e Mário Frias, todos esses do PL.

“Se ficar demonstrado esse uso nocivo, gabinete do ódio etc, aí a consequência é o julgamento da procedência, o acolhimento dessa representação e o apenamento de quem estiver envolvido. Com o seguinte detalhe, para Bolsonaro não, porque ele não tem mandato eletivo, como sabemos ele perdeu a eleição, mas para eventuais mandatários, por exemplo, os filhos (...), poderia ser o caso até de cassação de mandato eletivo além da elegibilidade”, salienta Rollo.

Dança das cadeiras não deve mudar cenário

A ação, protocolada em dezembro passado pela chapa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) depois de eleito, foi acatada pelo corregedor-geral da justiça eleitoral, o ministro Benedito Gonçalves. Ele participa da sua última sessão na corte neste dia 9, quando encerra seu mandato no TSE.

A presidência do tribunal passará a ser preenchida pelo ministro Raul Araújo, que já proferiu decisões favoráveis a Bolsonaro. E no lugar de Benedito Gonçalves entra Isabel Gallotti, que no passado também já emitiu votos contrários ao relator enquanto ministra substituta.

Históricos que não apontam necessariamente uma mudança de curso, na avaliação de Lenio Streck, professor de direito constitucional. “A saída do ministro Benedito Gonçalves não vai proporcionar alterações substanciais na composição do TSE. Atualmente, é uma composição que desfavorece Bolsonaro, porque a jurisprudência firmada está clara no sentido de considerar ilícitas as atividades do ex-presidente Bolsonaro. O último julgamento já demonstrou isso”, afirma o jurista, em menção às ações sobre a celebração do 7 de Setembro passado.

Para Rollo, mesmo as decisões de Gallotti favoráveis ao ex-presidente não permitem tirar conclusões sobre o seu perfil, que segue envolto em dúvidas. “Os votos dela foram muito mais técnicos do que ideológicos nas ações anteriores que ela participou e que foram favoráveis ao ex-presidente. Por isso, fica difícil a gente cravar um possível resultado. Mantido esse viés técnico da ministra, eu acho que ela vai pela condenação”, avalia.

Lenio Streck possui entendimento semelhante, tendo em vista os potenciais prejuízos causados pela desinformação no último pleito: “Acredito na possibilidade de condenação de Bolsonaro, dos seus filhos e aliados nesse caso específico da disseminação de fake news. Foi um dos casos mais escandalosos da história, isso já está delineado no processo, está muito claro daquilo que se desenvolveu nas investigações e que todo mundo sabe, o TSE sabe, que do papel nefasto que as fake news desempenharam.”

Jurisprudência é recente e ainda enfrenta resistências

Até 2018, a análise da justiça eleitoral sobre possíveis infrações de comunicação se limitava ao que era veiculado no rádio, na TV e nos jornais. A inclusão das redes sociais só seria feita a partir do pleito daquele mesmo ano, após a observação do impacto causado pela desinformação, vista como fundamental para a primeira grande vitória da extrema direita no país.

A nova jurisprudência seria marcada pela cassação do mandato do deputado estadual Fernando Francischini, à época do PSL do Paraná, por fazer uma live no Facebook no dia em que foi eleito, atacando as urnas eletrônicas. Decisão que chegou a ser cassada pelo ministro Nunes Marques em 2022, antes de ser finalmente restabelecida por maioria no Supremo Tribunal Federal (STF).

Diferentemente das multas impostas às campanhas de Bolsonaro e seus aliados nas eleições do ano passado - punição semelhante às impostas a Lula, Ciro Gomes e outros candidatos à época - o caso Francischini é tido como um precedente para o caso a ser julgado no TSE. Essa é a opinião de Alexandre Rollo, que enxerga o mesmo modus operandi nos casos colhidos no processo que envolve outros expoentes do bolsonarismo, incluindo a própria família do ex-presidente.

“O uso nocivo da internet - isso está mais do que comprovado - gera influência no eleitorado e pode inclusive alterar o resultado da eleição. A internet tem um poder de penetração gigantesco. Uma publicação viraliza na internet e daqui 10 minutos as pessoas já viram, sabemos como isso funciona hoje em dia, então o TSE está adotando uma postura para

que as pessoas saibam que internet não é terra de ninguém, há regras que precisam ser seguidas”, pontua Rollo

“É óbvio que a defesa, de forma habilidosa, dirá que era livre manifestação de pensamento, porque a campanha publicava, os outros usam a publicação ou replicavam aquilo de forma voluntária, muito mais como forma de defender aquelas ideias do que como algo orquestrado. Mas não dá para negar que era algo orquestrado, porque todos os compartilhamentos aconteceram em instantes depois por um grupo de pessoas que faziam parte do entorno do presidente, então esse viés de associação com essa finalidade está muito bem desenhado”, pontua Miranda.

Se até agora o Código Eleitoral foi pioneiro em criminalizar a propagação ou divulgação das fake news, incluindo uma alteração no seu artigo 219, o debate precisa avançar também no Congresso Nacional. Lá, o assunto está emperrado e mudanças pretendidas na legislação não foram feitas a tempo das eleições municipais do ano que vem - o prazo venceu no início de outubro.

Também é incerto o desfecho do projeto de lei das Fake News (PL 2630/20), relatado pelo deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), que prevê maior responsabilidade e transparência por parte das empresas que dominam o setor. Ainda na Câmara, a minirreforma eleitoral evitou o assunto e, embora tenha aprovado um novo código eleitoral em 2021, o projeto não avançou no Senado.

Uma resistência no Parlamento que pode crescer mais ainda a depender das decisões da justiça eleitoral, de acordo com Alexandre Rollo. “O Congresso Nacional tem uma bancada conservadora, o Bolsonaro elegeu uma bancada grande no Congresso e sem dúvida nenhuma em uma eventual inelegibilidade, mais uma do Bolsonaro e também dos seus filhos por conta de fake news, pode sim repercutir lá no Congresso para um projeto de lei que fala em regulamentação da internet”, ressalta.

Acácio Miranda, por sua vez, é até mais pessimista, por enxergar reticências do próprio campo progressista. “Uma janela de oportunidade se abre, mas não me parece o Congresso Nacional como um todo, e aí não digo só da bancada da direita, a da esquerda também, não tem interesse na regulamentação dessas circunstâncias porque eles têm medo de também serem atingidas. A discussão existe, é necessária, mas confesso que não vejo com bons olhos uma resolução disso por parte do Congresso”, conclui.

Data da notícia: **10/11/2023**

Título: Michelle e Eduardo incitavam Bolsonaro a dar golpe de Estado, diz Mauro Cid

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/10/michelle-e-eduardo-incitavam-bolsonaro-a-dar-golpe-de-estado-diz-mauro-cid>

O tenente-coronel Mauro Cid teria narrado em sua delação premiada que a ex-primeira-dama Michele Bolsonaro e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) faziam parte de um grupo de conselheiros radicais que defendia que o então presidente Jair Bolsonaro (também no PL) não aceitasse o resultado das eleições ano passado e desse um golpe de Estado. As informações foram reveladas nesta sexta-feira (10) pelo portal UOL. Os depoimentos de Mauro Cid no âmbito da delação estão sob sigilo e os investigadores buscam meios de comprovar os relatos do militar.

Segundo o portal, o grupo de conselheiros do ex-presidente costumava dizer que Bolsonaro tinha apoio da população e dos CACs (sigla para colecionador, atirador desportivo ou caçador, categorias que tem autorização de portar armas de fogo) para tentar um golpe.

Desde o segundo turno das eleições, um grupo de radicais financiados por empresários apoiadores de Bolsonaro ficou acampado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, em protesto contra o resultado nas urnas. O extenso acampamento, com tendas distribuindo água e comida, serviu de base para os golpistas que participaram do ataque às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro e só foi desmobilizado após os ataques. Além da capital federal, foram organizados acampamentos em frente aos quartéis-generais em todo o país.

Dentre os acampados havia vários CACs e radicais que pregavam abertamente a favor de um golpe. À PF, Mauro Cid afirmou que Jair Bolsonaro não queria desmobilizar os manifestantes golpistas porque acreditava que seria encontrado algum indício de fraude nas urnas, o que serviria para anular o resultado da eleição. Ainda segundo o UOL, Cid diz à PF que nunca foi encontrada nenhuma prova de fraudes.

Um dos auxiliares mais próximos de Bolsonaro durante seus quatro anos de governo, Mauro Cid presenciou de perto vários diálogos do presidente com outros integrantes do

governo, aliados e parentes. Em seu acordo de colaboração ele se comprometeu a detalhar o que sabe sobre os interlocutores e as conversas que teria presenciado.

Cid foi preso em maio pela Polícia Federal em uma investigação sobre as fraudes nos cartões de vacinação de Bolsonaro. Ele foi solto em setembro por determinação do ministro Alexandre de Moraes após fechar um acordo de colaboração premiada. Apesar da soltura, Cid ainda tem que cumprir várias restrições, como utilizar tornozeleira eletrônica e a proibição de assumir sua função no Exército e conversar com os demais investigados.

Data da notícia: **11/11/2023**

Título: Sem água e abrigo, pessoas em situação de rua enfrentam desafios extremos em meio a onda de calor

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/11/sem-agua-e-abrigo-pessoas-em-situacao-de-rua-enfrentam-desafios-extremos-em-meio-a-onda-de-calor>

O Brasil pode viver nos próximos dias a maior onda de calor da história, com temperaturas superiores a 42 graus e mais de mil municípios em alerta para grande perigo, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia. Para a população em situação de rua, o cenário se soma aos desafios diários de sobrevivência. Sem acesso a hidratação e abrigo esse grupo está sujeito às piores consequências das condições térmicas extremas, que podem levar, inclusive, à morte.

Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, o Brasil tem hoje mais de 230 mil cidadãos e cidadãs sem moradia, vivendo nas ruas. A região Sudeste, que está na lista dos alertas meteorológicos para os próximos dias, concentra 62% dessas pessoas, um total de 138 mil.

No Centro-Oeste, que também enfrenta temperaturas altíssimas, o número de pessoas em situação de rua é bem menor, soma 14,8 mil. Ainda assim, os estados da região presenciaram um aumento expressivo desses grupos nos últimos anos. Entre 2016 e 2023 o número de pessoas que vivem nessa condição escalou quase cinco vezes.

Em algumas cidades de São Paulo, incluindo a capital, o governo montou estruturas com água, ambulâncias e acolhida desde que começaram os eventos climáticos de calor extremo em setembro. No entanto, não há registros de ação em outras unidades da federação e mesmo no estado paulista, as políticas não são suficientes.

O padre Julio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, afirma que o acesso à água potável, um dos bens mais escassos para as famílias que moram nas ruas do Brasil, é essencial, mas não é a única medida a ser aplicada.

“As mudanças climáticas e o calor excessivo castigam de maneira muito forte a população em situação de rua. Por isso, solicitamos e a prefeitura instalou as tendas de altas temperaturas, onde nós pedimos que sejam colocados água, frutas e kit de proteção, como o boné. Mas o número de tendas não é suficiente, precisaríamos ter mais, principalmente em áreas que ficam sem nenhuma estrutura de proteção.”

Previsão

A onda de calor deve durar pelo menos até o fim da semana que vem. Segundo a MetSul Meteorologia, existe "alta probabilidade de quebra de recordes".

Mesmo em locais que costumam apresentar tempo quente com mais frequência e intensidade, o clima deve surpreender. A MetSul Meteorologia projeta temperaturas máximas "muito fora do comum, com marcas 10°C a 15°C acima da climatologia histórica em algumas tardes".

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), as altas temperaturas vão afetar principalmente as regiões Centro-Oeste e Sudeste, com destaque para os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

Em algumas cidades o fenômeno pode se estender por até quinze dias. O alerta da MetSul explica que essas regiões poderão presenciar massas de ar quente com temperaturas acima de 30 graus, o que se assemelha aos registros de algumas das regiões mais quentes do mundo.

"Valores acima de 30°C acompanham massas de ar extraordinariamente fortes e que normalmente são vistas durante calor extremo no Sudoeste dos Estados Unidos ou no Oriente Médio", destacou o texto, reforçando que essas condições raramente são registradas no Brasil.

Data da notícia: **12/11/2023**

Título: Governo Zema estimula mineração predatória e eventos extremos reacendem alerta sobre segurança de barragens em MG

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/12/governo-zema-estimula-mineracao-predatoria-e-eventos-extremos-reacendem-alerta-sobre-seguranca-de-barragens-em-mg>

“Convivemos constantemente com a incerteza”, relata Roseni Aparecida Ambrosio, que é moradora de Santa Bárbara, na região Central de Minas Gerais, onde fica a barragem CDS II da AngloGold Ashanti. Para ela, o risco constante de rompimento da estrutura é uma das faces mais perversas do modelo predatório de mineração. Porém, esse não é o único problema.

Apenas nos últimos dois anos, a sirene da barragem foi acionada cinco vezes, causando terror nas famílias do município. Além disso, em maio deste ano, foi encontrada uma trinca de mais de 300 metros de comprimento na estrutura.

A CDS II está classificada como de alto risco pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Mesmo assim, Roseni explica que, além do medo, a realidade das famílias que vivem próximas a barragens é marcada pela falta de informação.

“Vivemos com medo de todos os impactos causados pela exploração de minério. O medo vem da falta de informação e do risco da contaminação das áreas por metais pesados, que são nocivos à saúde”, explica a atingida.

Riscos

Segundo a ANM, neste momento, existem 36 barragens em Minas Gerais classificadas em situação de emergência, sendo que três delas são consideradas nível III, que é o mais alarmante.

No último mês, o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) realizou uma operação de vistoria em 39 estruturas, como forma de preparação para o período das chuvas. Foram identificadas irregularidades em cinco.

Para Juliana Deprá, da coordenação do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), com a intensificação das mudanças climáticas e de eventos extremos, a preocupação com a segurança das barragens fica ainda maior.

“A gente tem vivenciado um regime de chuvas completamente diferente do que tem sido a série histórica. São chuvas muito fortes, em épocas que a gente não espera, que colocam em risco a estabilidade das barragens. A gente sequer tem segurança, visto que as mineradoras fazem o seu automonitoramento e é muito difícil confiar nos laudos que as empresas emitem”, avalia.

Lucro

Mesmo diante desse cenário, Juliana explica que a insistência em um modelo que coloca em risco as vidas de milhares de pessoas é fruto da ganância das mineradoras pelo lucro.

“O modelo de mineração em Minas Gerais é um modelo de saque das nossas riquezas, que deixa para a população apenas os prejuízos. Esse modelo tem o lucro no centro, e não a vida. Por isso, a produção de bens que atendam às necessidades da população não são prioridades”, destaca.

Ela explica que os impactos diretos da atividade predatória da mineração são muitos e vão desde danos ambientais e à saúde dos atingidos até a restrição das atividades econômicas desenvolvidas nos territórios.

A coordenadora do MAM ainda ressalta que parte considerável desses empreendimentos minerários estão localizados próximos a áreas rurais, tradicionais e quilombolas, impactando seus modos de vida e o acesso a direitos básicos, como a alimentação e a educação.

“São danos ambientais, falta de água, problemas de saúde, insegurança alimentar e muito mais. Os territórios ainda passam a viver uma situação de dependência da mineração. Quando a mina exaure, as empresas vão embora e ficam apenas o buraco e os prejuízos. Comunidades inteiras, que viviam da produção de alimentos e do turismo, por exemplo, são destruídas”, relata.

Governo Zema é conivente

Criticado pelos movimentos populares por conduzir uma política de flexibilização das leis ambientais, parte do financiamento da campanha de reeleição de Romeu Zema (Novo) veio de mineradoras.

Para Juliana Deprá, o atual governador de Minas representa os interesses do modelo predatório de mineração. Por isso, na avaliação da coordenadora do MAM, ele prioriza a implementação dos empreendimentos minerários em detrimento dos interesses e direitos da população.

“A postura de Zema é avançar com qualquer empreendimento sem que se faça qualquer nível de debate sério sobre os impactos. A postura do governo de Minas Gerais é acelerar os processos de licenciamento ambiental para aumentar a exploração mineral, atropelando os direitos da população”, comenta.

Aumento das desigualdades

Outro legado deixado pela mineração predatória nos territórios por onde as mineradoras passam é a ampliação das desigualdades sociais.

Em Brumadinho, município minerado que sofreu com o rompimento da barragem da Vale em Córrego do Feijão, no ano de 2019, é um dos exemplos de como a mineração é vinculada à concentração de renda.

Enquanto o Índice de Gini da cidade equivale a 0,58, a média do estado é de 0,49. Na escala, que mede a concentração de renda de determinado território, quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade econômica.

O professor e coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Mineração e Alternativas (Minas) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Tadzio Coelho, explica que a realidade se repete em outras cidades com atividades minerárias.

“Em Minas Gerais, os principais municípios minerados estão sempre acima da média de desigualdade de renda do estado. Então, a gente percebe que é uma característica do modelo de mineração esse aumento das desigualdades de renda”, afirma o pesquisador.

Tadzio ainda relata que os poucos postos de trabalho criados pelas mineradoras costumam ser precarizados e com baixos salários. Ao mesmo tempo, dirigentes dos empreendimentos recebem altos valores.

“Não são tantos postos de trabalho que são gerados e a maioria desses postos de trabalho são de péssima qualidade, condições trabalhistas e salários menores. E, alguns poucos, nos cargos de direção, recebem salários maiores, gerando esse alargamento das desigualdades”, explica o pesquisador.

Data da notícia: **13/11/2023**

Título: Lula sanciona melhorias da Lei de Cotas; confira as mudanças

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/13/lula-sanciona-melhorias-da-lei-de-cotas-confira-as-mudancas>

O presidente Lula sancionou nesta segunda-feira (8) o projeto de lei que atualiza a Lei de Cotas, em evento marcado pela participação de ministros e políticos impactados pelas cotas. Ele ressaltou como a proposta rompeu com paradoxos e estigmas que existiam no país há dez anos, quando a lei foi instituída.

"O que a gente mais ouvia era que trazendo o pobre para as universidades, a gente vai baixar a qualidade do ensino, e o que aconteceu? Foi exatamente ao contrário. A realidade é que os jovens das classes menos favorecidas são tão inteligentes quantos os jovens ricos e agarram com unhas e dentes a oportunidade de mostrar a capacidade de estar onde estão. O que faz cair a qualidade acadêmica é o ódio que algumas pessoas têm do conhecimento", afirmou o presidente, sob aplausos dos presentes.

Ele também destacou dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que mostram que, após dez anos da implementação da política de cotas, os estudantes cotistas possuem uma taxa de permanência nas universidades públicas cerca de 10% superior a dos demais.

O projeto de lei aprovado pelo Congresso prevê, dentre outras melhorias, a mudança do mecanismo de ingresso de cotistas ao ensino superior federal, a redução da renda familiar para reservas de vagas e a inclusão de estudantes quilombolas como beneficiários das cotas. As modificações passarão a ser implementadas já na próxima edição do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), no ano que vem.

Com as mudanças, os cotistas passarão a concorrer também pela nota geral de classificação de cada curso, eliminando um problema surgido com a implementação das cotas em 2012. Até então, o cotista concorria apenas às vagas destinadas às cotas, mesmo que ele tivesse pontuação suficiente na ampla concorrência. Na prática, isso deixou, em alguns casos, a disputa por meio das cotas mais competitiva do que pela nota geral.

Outro ponto de destaque foi a mudança no critério de renda para a pessoa pleitear a cota. Antes, o valor exigido era de um salário mínimo e meio, em média, por pessoa da família. Com a nova legislação, esse valor passa a ser de um salário mínimo. As propostas também preveem o estabelecimento de prioridade para os cotistas no recebimento do auxílio estudantil e a extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior, do Inep, em 2012, o número de ingressantes no ensino superior da rede federal por ações afirmativas foi de 40.661 estudantes. Em 2022, esse número passou para 108.616 estudantes. Ao todo, entre 2012 e 2022, 1.148.521 discentes ingressaram no ensino superior público por meio da Lei de Cotas.

Cerimônia marcada por homenagens

A cerimônia lotou o Salão Oeste do Palácio do Planalto e contou com a presença, no palco, dos ministros Camilo Santana (Educação), Silvio Almeida (Direitos Humanos), Anielle Franco (Igualdade Racial), Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência), além das deputadas petistas Maria do Rosário (RS), Benedita da Silva (RJ) e Dandara Tonatzin (MG) e do senador petista Paulo Paim (RS).

Na plateia ainda estavam presentes o advogado-geral da União, Jorge Messias, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, o senador e líder do Governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), o coordenador da bancada negra, Damião Feliciano (UB-PB), e a deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG).

Durante a cerimônia os ministros e outros convidados discursaram sobre a importância da Lei de Cotas como mecanismo de reparação histórica. Alguns ministros, como Anielle Franco e Silvio Almeida destacaram o impacto direto da política em suas vidas.

"Muitos de nós somos do tempo em que ser negro era não estar na universidade. Estamos dando mais um passo fundamental para desmontar os mecanismos de racialização", afirmou Silvio Almeida lembrando que a implementação da Lei de Cotas, em 2012, foi determinante para ele optar pela carreira de professor universitário.

Anielle Franco, por sua vez, lembrou que foi cotista na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a primeira do país a adotar o sistema de cotas. Ela e a deputada Dandara Tonatzin, que também foi aluna cotista, lembraram das dificuldades que passaram no ensino superior. "Eu me lembro presidente, que na minha época nós tínhamos trezentos reais e, muitas vezes, eu tinha que escolher ou lancha, ou pegar o ônibus ou xerocar o material. E falo isso na presença da minha mãe, que muitas vezes mandava uma quentinha pra gente e

chegava no meio do dia a quentinha estragava. Não tinha anda pior do que você querer estudar e não ter condições nem de comer", lembrou Anielle.

"Em 2012 quando a lei de cotas foi aprovada pelo Congresso Nacional, estava em curso um acerto de contas do Brasil com seu passado. Nessa ultima decada as cotas foram responsáveis por alterar a cara o cheiro, a cor, e a origem da universidade brasileira", afirmou Dandara em seu discurso.

O processo de melhoria da Lei de Cotas dez anos após sua aprovação já estava previsto na proposta original, como um mecanismo de avaliação da política pública e de aprimoramento constante.

Data da notícia: **15/11/2023**

Título: Bolsonaroistas fazem ato pelo 15/11 e exaltam Israel; ex-presidente não compareceu

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaristas-fazem-ato-pelo-15-11-e-exaltam-israel-ex-presidente-nao-compareceu/> ,

Bolsonaristas fizeram um ato nesta quarta-feira 15, em Brasília, pelo dia da Proclamação da República. A agenda, que reuniu cerca de 200 pessoas, não contou com a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Os manifestantes fizeram uma caminhada de 1 km no Eixo Monumental, que fica fechado aos carros em finais de semana e feriados. Eles pararam em frente à sede do Banco Central, e fizeram discursos.

Entre as palavras de ordem, a principal foi "Senado, pare o STF", além de exaltações a Bolsonaro e críticas ao presidente Lula (PT), chamado de ladrão.

Parte dos manifestantes carregava bandeiras de apoio a Israel, com dizeres como 'Orai pela paz Israel'. As camisetas verde e amarelas, em referência às cores da bandeira do Brasil, também se fizeram presentes.

Os bolsonaristas programaram manifestações pelo dia da Proclamação da República em pelo menos 13 capitais do Brasil. Terão atos em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Goiânia, Natal, Florianópolis, Cuiabá, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Vitória e Salvador.

Data da notícia: **16/11/2023**

Título: Mãe Bernadete morreu porque lutava contra o tráfico de drogas, afirma Ministério Público da Bahia

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/16/mae-bernadete-morreu-porque-lutava-contr-o-trafico-de-drogas-afirma-ministerio-publico-da-bahia>

De acordo com as investigações da Polícia Civil baiana, a líder quilombola Mãe Bernadete Pacífico foi assassinada após entrar em conflito com interesses do tráfico de drogas no território. Em coletiva nesta quinta-feira (16), a coordenadora da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Andréa Ribeiro, afirmou que a definição da autoria e a materialidade do crime ficaram bem definidas e comprovadas.

"A líder quilombola era legitimada pela comunidade, tinha uma liderança forte na defesa dos interesses do quilombo. Quando isso se contrapôs aos interesses do tráfico, ela pagou com a própria vida", afirmou a delegada. O promotor de Justiça Luiz Neto, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) do Ministério Público da Bahia (MP-BA) frisou que as investigações trouxeram farta comprovação de que "Mãe Bernadete morreu porque lutava contra o tráfico de drogas na região".

"Ela tinha uma legitimidade popular grande. Seus conselhos, orientações e decisões eram ouvidas pela comunidade a qual defendia. Era uma mulher de força, grande líder religiosa", disse o promotor durante a coletiva de imprensa.

Na segunda-feira (13), o MP-BA denunciou cinco homens pelo envolvimento no assassinato de Mãe Bernadete. Dois deles já estão presos. Todos foram denunciados por homicídio qualificado por motivo torpe, de forma cruel, com uso de arma de fogo e sem chance de

defesa da vítima. A denúncia foi aceita nesta quinta-feira (16) pela 1º Vara Criminal da comarca de Simões Filho.

Investigação

De acordo com a Polícia Civil, as investigações apontaram Marílio dos Santos e Ydney Carlos dos Santos de Jesus como mandantes do crime, ambos integrantes de uma facção de tráfico de drogas que atua em Simões Filho. Poucos dias antes do crime, Mãe Bernadete teve uma discussão com Ydney, presenciada por pessoas da comunidade.

Outro denunciado pelo assassinato é Sérgio Ferreira de Jesus, morador do território, que vinha realizando exploração ilegal de madeira. As investigações mostraram que Mãe Bernadete vinha reprimindo a ação ilegal de Sérgio. Em represália, ele teria instigado Ydney e Marílio a realizarem o crime.

Os dois outros denunciados no processo movido pelo MP-BA, Arielson e Josevan, são apontados como os executores do assassinato. Após o crime, eles levaram consigo os celulares de Mãe Bernadete e de seus netos, na tentativa de dificultar as investigações. Dentre os denunciados, apenas Arielson e Sérgio se encontram presos.

Mãe Bernadete foi morta no dia 17 de agosto, em sua casa no quilombo Pitanga dos Palmares. A denúncia oferecida pelo MP-BA aponta que ela foi alvejada por 25 disparos. No momento do crime, ela estava acompanhada seus três netos, de 12, 13 e 18 anos. Mãe Bernadete era coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), além de ser uma liderança respeitada em seu território.

A história do quilombo remonta ao século XIX, e há décadas vem resistindo ao avanço não só do tráfico sobre o território, mas também de grandes empreendimentos públicos e privados que geram uma forte especulação imobiliária. Em 2017, o filho da liderança, Gabriel Pacífico também foi assassinado em um atentado.

Data da notícia: **17/11/2023**

Título: Prefeitura de SP contraria laudo e alega 'risco' para despejar 70 famílias de ocupação

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
[https://www.brasildefato.com.br/2023/11/17/prefeitura-de-sp-contraria-laudo-e-alega-
risco-para-despejar-70-familias-de-ocupacao](https://www.brasildefato.com.br/2023/11/17/prefeitura-de-sp-contraria-laudo-e-alega-risco-para-despejar-70-familias-de-ocupacao)

Nesta sexta-feira (17), pouco depois do meio-dia e a despeito do calor de 38 graus, manifestantes se reuniram em frente ao Fórum da Fazenda Pública em São Paulo para reivindicar a suspensão do iminente despejo da Ocupação Liberdade.

Localizado no bairro de mesmo nome, na região central da capital paulista, o edifício onde vivem 70 famílias está com a reintegração de posse marcada para a próxima quarta-feira (22). Desde 2009, famílias começaram a fazer do prédio, antes uma fábrica que manejava pedras preciosas e plástico, sua moradia. Atualmente, a ocupação tem o apoio do Movimento de Moradia da Região Central (MMRC).

“Estou atrás de moradia digna porque não tenho para onde ir. Tenho três filhos. Eu não tenho como alugar um lugar para morar com meus filhos porque não saiu auxílio aluguel, nem nada para nós”, conta Larissa Barbosa, que vive na Ocupação Liberdade há oito anos e está desempregada. “Não dá para a gente sair assim sem nada, botar as crianças e os idosos na rua”, afirma.

Apesar de ser um imóvel particular, quem entrou com pedido de despejo por meio de uma ação na Fazenda Pública foi a prefeitura de São Paulo, sob gestão de Ricardo Nunes (MDB). O que a administração municipal alega é que há um “risco existente na continuidade do uso do imóvel”, por ter “edificação sem condições de estabilidade”.

Mas isso não foi o que constatou um laudo feito por arquitetos e urbanistas da Fio - Assessoria Técnica Popular e uma engenheira civil. Eles garantem que não há risco de colapso estrutural no prédio. No parecer, os técnicos destacam que o auto de interdição da Defesa Civil que embasa o pedido de despejo da prefeitura “não apresenta de forma clara e objetiva quais são as patologias ou não conformidades de ordem/caráter catastrófico iminente que gerariam o referido ‘risco’”.

Os relatórios produzidos pela assessoria técnica levantaram, ainda, medidas para “melhoria da habitabilidade e segurança das famílias” que já estão sendo colocadas em prática, com mutirões, pelos moradores da ocupação.

“Estamos consertando a elétrica, compramos extintor, demolimos o andar que foi construído em cima do prédio”, relata Gleice Ferreira, coordenadora da Ocupação Liberdade e antiga trabalhadora da fábrica que funcionava no prédio.

Procurada pelo Brasil de Fato, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) informou que “o imóvel localizado na rua da Glória 875/877 é de propriedade particular, com ação de reintegração de posse solicitada pelo proprietário”.

Acontece que a propriedade do edifício é dos moradores da ocupação, direito que adquiriram por meio de uma liminar de usucapião em primeira e segunda instância. A empresa B12 Gestão Patrimonial Ltda, que arrematou o imóvel em um leilão, ainda tenta recorrer desta decisão.

Além disso, a reportagem teve acesso a documentos que provam que a reintegração de posse foi pedida pela prefeitura. Nesta sexta-feira (17), a procuradoria do Município enviou um pedido à 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital para que o despejo seja adiado, mas apenas pelo tempo necessário para que a prefeitura realize “os atos necessários para o pagamento do auxílio aluguel” às famílias. O documento reforça que a liminar pedindo “a imediata desocupação e interdição do imóvel” foi “pleiteada pelo Município”.

Segurando cartazes com dizeres como “não vamos aceitar esmola, queremos moradia” e “se moradia é um privilégio, ocupar é um dever”, manifestantes da Ocupação Liberdade ficaram na porta do Fórum da Fazenda Pública nesta sexta (17).

Impedindo a entrada de uma comissão de moradores, a juíza Liliane Keyko Hioki, responsável pelo caso, aceitou receber apenas a defensora pública Taissa Pinheiro, que entrou com um pedido de revogação da liminar de despejo.

“A situação é da maior gravidade. É uma desocupação injusta, os moradores realizaram as obras emergenciais para mitigação de danos e demonstraram que têm condições de continuar fazendo esse trabalho”, avalia Pinheiro.

O advogado Benedito Barbosa, da União de Movimentos de Moradia (UMM) e da Central de Movimentos Populares (CMP) que também acompanha o caso, considera “estranha” a ação da Prefeitura em prol do despejo. “Não deveria ter esse interesse”, afirma. “Trata-se de um imóvel particular e, além disso, tem todas as condições de fazer a mitigação dos riscos de energia já que não há risco estrutural”, ressalta.

A Prefeitura informou, ainda, que o Núcleo de Solução de Conflitos da SEHAB “realizou visitas” na ocupação “na tentativa de mediar uma saída voluntária das famílias e que ofereceu a 15 moradores “o encaminhamento para os serviços de acolhimento da rede socioassistencial e demais serviços”. Eles preferiram permanecer em suas casas.

Em uma rápida reunião com a juíza Liliane Keyko Hioki enquanto o ato acontecia do lado de fora, a defensora pública Taissa Pinheiro buscou sensibilizar a magistrada, que tem até a próxima quarta (22) para dar a canetada que decidirá o destino da Ocupação Liberdade.

Data da notícia: **17/11/2023**

Título: Média anual de assassinatos de quilombolas entre 2018 e 2022 é quase o dobro dos 10 anos anteriores

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/17/media-anual-de-assassinatos-de-quilombolas-entre-2018-e-2022-e-quase-o-dobro-dos-10-anos-anteriores>

O número de quilombolas assassinados no país quase dobrou, na média anual, no período entre 2018 e 2022, quando comparado com os anos entre 2008 e 2017. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (17), na segunda edição da pesquisa Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil, desenvolvida pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e pela organização Terra de Direitos.

O mapeamento, que está disponível neste link, apontou 32 assassinatos de integrantes de comunidades quilombolas no país entre 2018 e 2022, o que representa uma média de 6,4 casos por ano. Nos dez anos anteriores (2008 a 2017) foram registradas 38 mortes, uma média de 3,8.

Neste último período, os 32 registros se espalham por 11 estados brasileiros, em todas as regiões do país. Cerca de 70% dos casos aconteceram em territórios não titulados. Entre as principais causas das mortes violentas estão conflitos fundiários e violência de gênero.

O período de aumento dos casos coincide quase totalmente com os anos de permanência de Jair Bolsonaro (PL) na presidência da República. Eleito em 2018, ele governou entre 2019 e 2022, e atuou para estrangular o processo de titulação de terras para quilombolas.

De acordo com Givânia da Silva, integrante da coordenação da Conaq, é possível fazer uma correlação entre a ascensão de Bolsonaro e o aumento da violência contra quilombolas. "A postura de ódio contra os quilombolas empreendida pelo governo anterior,

cumprindo assim a promessa de que não destinaria nem "um centímetro [de terra] demarcado para reserva indígena ou para quilombola", e o esvaziamento da política de titulação – com orçamento quase nulo – deixaram marcas que ainda perduram", afirmou.

Para ela, houve também decisões práticas do governo de extrema direita para a piora dos índices. "Além de manifestações pelo ex-presidente que autorizaram a prática da violência contra comunidades, houve também medidas de estímulo e flexibilização de normas, como a de licenciamento ambiental, para exploração dos territórios tradicionais por grileiros, mineradores, empreendimentos, entre outros."

Pelo menos 15 vítimas das mortes computadas pelo levantamento entre 2018 e 2022 eram lideranças de suas comunidades. Eram os casos, por exemplo, de Juscelino Fernandes Diniz e Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes, pai e filho, que denunciavam o conflito agrário com grileiros na região do Quilombo Cedro, em Arari (MA). Eles foram mortos em 5 de janeiro de 2020.

Outra liderança assassinada foi Edvaldo Pereira da Rocha, do Quilombo do Jacarezinho, em São João do Soter (MA). Ele denunciava e exigia a expulsão de invasores do território, e foi alvo de oito tiros quando estava em um bar. O crime aconteceu em 29 de abril de 2022.

Também chamou atenção a alta nos casos de feminicídios. Das 32 pessoas cujos assassinatos são listados na pesquisa, nove são mulheres, e todas elas podem ter sido vítimas de seus companheiros ou ex-companheiros (em alguns casos os crimes não têm o julgamento definitivo).

Entre as quilombolas vítimas de feminicídio está Elitânia de Souza da Hora, do Quilombo Tabuleiro da Vitória, em Cachoeira (BA), morta por arma de fogo em 27 de novembro de 2019. O ex-companheiro José Alexandre Passos Goes é o principal suspeito. Ela tinha uma medida protetiva contra Goes, filho de um juiz do tribunal baiano.

O lançamento da pesquisa acontece no marco de três meses da morte de Maria Bernadete Pacífico, assassinada em 17 de agosto deste ano. Mãe Bernadete, como era conhecida, era coordenadora da Conaq e liderança do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho (BA). A morte dela não está computada no relatório, já que aconteceu em 2023 – ano em que houve pelo menos sete assassinatos de quilombolas, segundo dados preliminares.

"O Estado brasileiro precisa tomar medidas imediatas para a proteção das lideranças de todo o Brasil. É dever do Estado garantir que haja uma investigação célere e eficaz e que os responsáveis pelos crimes que têm vitimado as lideranças desses quilombos e de tantos outros sejam devidamente responsabilizados. Queremos justiça para honrar a memória das

nossas lideranças perdidas, mas também para que possamos afirmar que, no Brasil, atos de violência contra quilombolas não serão tolerados", disse o coordenador executivo da Conaq, Biko Rodrigues.

Data da notícia: **17/11/2023**

Título: Sob ameaças, 180 famílias do MST podem ser despejadas de área onde agricultor foi assassinado em PE

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/17/sob-ameacas-180-familias-do-mst-pode-m-ser-despejadas-de-area-onde-agricultor-foi-assassinado-em-pe>

"Eu tô com medo de viver. Eu não sei se amanhã eu vou viver. Meus companheiros não sabem se vão viver amanhã. Meus filhos. Eles ficarem sem a mãe. Isso é um desespero. A gente tá pedindo socorro."

O relato de Fernanda*, uma das coordenadoras do Acampamento São Francisco, em Vitória de Santo Antão (PE), sintetiza o clima de insegurança e ameaça vivido na área ocupada pelo MST desde o assassinato de Josimar da Silva Pereira, na madrugada de 5 de novembro de 2023. O camponês de 30 anos foi alvejado pelas costas quando ia para o trabalho no cultivo de arroz orgânico.

Menos de duas semanas após o assassinato, as 180 famílias sem-terra, que estão na antiga área do Engenho São Francisco desde 1994, convivem com ameaças e o risco de serem removidas do local a qualquer momento. No início de outubro, uma liminar da 3ª Vara Cível da Comarca Vitória Santo Antão autorizou um pedido de reintegração de posse impetrado pela Usina Alcooquímica JB, que reivindica ser dona da propriedade.

Na última segunda-feira (13), uma audiência entre o Ministério Público de Pernambuco (MPE-PE), a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-PE) e a Usina JB tentou chegar a um acordo para solucionar o impasse. O MST esperava a desapropriação do Engenho São Francisco para o uso coletivo das famílias, o que não aconteceu.

"Todos os acampados estão com medo. E isso não está sendo levado em consideração na negociação, em nada. Nem pelo juiz. Ele não foi tocado pelo crime. Os acampados além de lidar com a iminência de um despejo, ainda tem que lidar com a questão de um companheiro ter sido assassinado", pontua Teresa Mansi, advogada que compõe o coletivo de defesa do MST no caso.

O terreno onde está o acampamento, visitado pelo Brasil de Fato nesta semana, entrou como prioridade para vistoria e desapropriação por parte do Incra, que já havia classificado o engenho como improdutivo. Hoje, as famílias do MST remodelaram a área desenvolvendo roçados e tiram o sustento do cultivo de frutas e legumes orgânicos.

"A gente tira alimento daqui. A gente tá lutando pelo o que é da gente. Porque a terra não cumpre a função social. A terra não tinha cana. Quando a gente começou a ocupar eles começaram a pensar a gente. Quando o Incra veio aqui para dentro ele deu esperança para nós. Disse que aqui seria desapropriado", pontua Fernanda*.

Conflitos e ameaças

A agricultora é uma das integrantes da coordenação do acampamento que está no Programa Estadual de Proteção e Defesa de Defensores dos Direitos Humanos por conta dos conflitos e ameaças envolvendo a disputa pela área.

No dia que a reportagem esteve no local, acampados relataram que fotos dela e de outras coordenadoras do acampamento estavam circulando entre os funcionários da Usina JB. Fernanda registrou um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil de Vitória do Santo Antão nesta quinta-feira (16).

"Estão com foto da gente, com nome da gente, procurando saber da gente. Isso não existe. A gente na proteção. Que proteção é essa que dizem que a gente tem? Nós não temos", lamenta. "Hoje eu tô viva, mas será que amanhã eu vou acordar viva?", completou.

Segundo a agricultora, mesmo após o assassinato de Josimar, carros e motos continuam circulando pelo acampamento durante o período noturno.

"Aqui tem criança, tem idosos, têm gestantes. Ninguém dorme mais, ninguém consegue comer mais. Hoje a gente pode dizer que está com medo. Medo de sair de casa para não ser assassinada. A gente tá com medo das ameaças. As coordenadoras estão na proteção contra as ameaças. E mesmo assim as ameaças tão chegando a todo instante", completa.

Ordem de despejo não passou por comissões fundiárias

A defesa do MST vai entrar com uma contestação na 3ª Vara Cível da Comarca Vitória Santo Antão, responsável pelo despacho da liminar de reintegração de posse. O coletivo de advogados também vai ingressar com um agravo no Tribunal de Justiça de Pernambuco com base na portaria 488/2023, que criou a Comissão de Conflitos Fundiários (CFF) no estado, em 10 de abril de 2023.

Segundo a portaria, antes do cumprimento de qualquer ordem judicial de desocupação coletiva, os juízes precisam notificar a CFF. Não houve, no caso das famílias do MST em Vitória do Santo Antão (PE), audiências de conciliação ou de mediação entre as partes, ou inspeções judiciais na área do acampamento.

"É uma ocupação com 29 anos. Inclusive é a ocupação mais antiga do estado de Pernambuco. Diversas figuras ilustres já passaram por lá. O arcebispo de Recife e Olinda esteve lá recentemente. É um lugar de produção de arroz orgânico, que tem muita vida. E que tem uma liminar que é inaudita altera pars, que significa que não se ouve a outra parte."

Tereza Mansi pontua ainda que o grupo de advogados do MST levará uma reclamação ao Supremo Tribunal Federal (STF), com base na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828.

"É uma liminar que não deu a possibilidade das famílias se defenderem, de poderem provar que essa ocupação é antiga. Não tiveram direito à ampla defesa, ao contraditório. E sobretudo uma liminar que foi dada sem passar por todos os trâmites, e sem passar pela determinação do STF de ir para uma comissão de conflitos fundiários", explica Lansi.

Em outubro, a promotora Shirley Patriota Leite, do Ministério Público de Pernambuco, já havia pedido em ofício enviado a suspensão da liminar para que antes o processo fosse encaminhado para a Comissão de Conflitos Fundiários.

O Ministério Público chamou atenção também para o fato de a reintegração de posse estar em nome de uma parte que não é proprietária. No caso, o pedido foi feito pela Usina JB, que é arrendatária da área, mas na certidão emitida pelo cartório de Vitória de Santo Antão consta que o imóvel ainda pertence ao antigo herdeiro do engenho, Zair Pinto do Rego.

"É preciso observar que os interesses existenciais, econômicos e sociais envolvidos nos conflitos coletivos possessórios exigem que sejam tomadas cautelas especiais, antes de se determinar a desocupação de uma área que serve de moradia e sustento para várias famílias", pontuou Leite na manifestação ministerial.

As famílias do MST afirmam que já estavam em negociação com o dono do imóvel, por meio do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (Iterpe), há pelo menos 20 anos.

"Tem muitos engenhos aí que não são deles. A maioria dos engenhos da JB são arrendados. Ela arrendou o engenho, plantou a cana, e depois quis tomar de todo jeito. O dono não pode pagar as dívidas, com as benfeitorias. Aí eles tomam. A JB tem muita terra, mas a situação é essa", conta Saulo*, um dos primeiros moradores do Acampamento São Francisco.

Agricultura é fonte de renda

Maria de Fátima da Conceição vive há 29 anos no acampamento e também é uma das primeiras ocupantes da área.

"A gente vai perder muitas coisas. E a gente tá ainda pensando no que fazer se arrancarem tudinho. Eu gastei 1800 reais na minha casa. Nós não temos mais condições de comprar telha. Só uma telha é 30 reais. A gente não tem mais condição, porque o roçado da gente é aqui também", pontua a agricultura, que produz batata e macaxeira.

"Desde segunda-feira que a gente não dorme. Todo mundo acordado. Ninguém tá comendo direito. O que a gente vai fazer da vida agora, se perder o que tem?", completa Maria de Fátima, que tem toda sua renda tirada do que cultiva no acampamento.

Entre outros produtos, as famílias sem-terra produzem arroz orgânico, banana, macaxeira, inhame, hortaliças, maracujá, côco, além de um viveiro da reforma agrária. A venda se dá nas feiras livres do município de Vitória do Santo Antão. Existe também o roçado das mulheres, intitulado "Roçado das Marias", uma experiência auto-organizativa do setor de gênero da regional Galileia do MST.

As famílias participam ainda da produção experimental de arroz agroecológico, fruto de uma parceria entre o MST e o governo do estado, por meio do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

Saulo* tem dois filhos e três netos. Ele chega a tirar 2 mil reais mensais em seu lote cultivando cará, banana, pimenta, maniva, jiló e feijão. "Eu, minha família, a gente vive disso aqui. A gente não tem outra possibilidade de renda. A gente come o que a terra dá", explica.

Fogo e veneno

O agricultor faz um alerta para uma prática recorrente por parte da usina JB: despejar agrotóxicos por meio de drones nas áreas de canaviais, atingindo propositalmente os roçados familiares das famílias sem terra.

"Tudo que eles botam de veneno na cana pega no roçado da gente. O drone espalha o veneno por todo canto. As lavouras não aguentam. Aí quem fica no prejuízo é a gente", explica o agricultor mostrando os frutos de pimenta adoecidos. "O trabalho da Usina JB é destruir o de quem não tem", completa.

Os ataques à agricultura familiar por parte da Usina não se restringem a área do acampamento. José* nasceu em um sítio vizinho ao São Francisco, em 1954. O idoso produz banana, feijão, maxixe e uma diversidade de legumes. Hoje, seu lote é cercado pelos canaviais da Usina JB.

"Vem por cima. Aquela fumaça. Quando a gente vê já queimou o "olho" da banana. Eu considero uma agressão. Porque vem destruindo o que a gente plantou", conta mostrando as queimaduras no "olho" da bananeira, provocadas pelo agrotóxico.

José relembra a história da terra disputada em Vitória de Santo Antão. "Nesse tempo eu conheci aqui cinco senhores de engenho. Todos os cinco já morreram. Aí ficou um engenho aqui abandonado. O movimento resolveu ocupar isso aqui em estado de abandono. Não tinha mais cana plantada, não tinha mais nada. Aí a Usina botou o olho em cima e tentou também invadir. Sem direito a nada. Eu nunca conheci a Usina JB como dona disso aqui", relembra.

"Se eles tivessem chegado primeiro que o movimento para ocupar a terra, talvez eu desse um apoio. Mas o problema é que eles chegaram por último. O assentamento já tava. Quer dizer, que eles estão tentando tomar a terra do assentamento", finaliza.

Outro lado

O Brasil de Fato procurou a Usina JB para prestar seus esclarecimentos sobre as denúncias levantadas em relação a morte de Josimar da Silva Pereira, as ameaças sofridas pelas famílias do Acampamento São Francisco, e o despejo de agrotóxicos nos roçados familiares. A reportagem será atualizada assim que o posicionamento for enviado.

Data da notícia: **20/11/2023**

Título: MST denuncia 'ameaças' e 'agressões' em cerco de fazendeiros e policiais à ocupação com mais de mil famílias no Pará

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/20/mst-denuncia-ameacas-e-agressoes-em-cerco-de-fazendeiros-e-policiais-a-ocupacao-com-mais-de-mil-familias-no-para>

Mais de mil famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam na madrugada desta segunda-feira (20) duas fazendas no município de Parauapebas, no sudeste do Pará, para marcar as mobilizações do Dia da Consciência Negra. Segundo o movimento, em resposta, fazendeiros da região fizeram um cerco à ocupação com apoio das forças policiais do estado e têm intimidado os acampados, impedindo a entrada e saída de pessoas do local.

O clima na região é de tensão e, de acordo com o MST, há ameaças de prisões e agressões contra os trabalhadores que tentam furar o bloqueio. As famílias da ocupação pedem que os governos federal e estadual façam uma vistoria imediata na área para comprovar que o terreno seria público e destiná-lo à reforma agrária.

De acordo com o MST, as fazendas ocupadas, chamadas de Santa Maria e Três Marias seriam latifúndios improdutivos de terras griladas. "Os títulos estão sob posse do grileiro de Marabá, Ítalo Toddy e foram trocados por dívidas em negociação duvidosas com a família Miranda – latifundiários conhecidos por seu extenso patrimônio de terras públicas e por praticar crimes contra a natureza e trabalhadores/as", diz a nota divulgada pelo movimento.

Ao jornal Correio de Carajás, a família Miranda-Cruz afirmou que a área em questão pertence ao complexo de fazendas do grupo, que é totalmente legalizada, com número de matrícula, inclusive, e que apenas a área de pasto está alugada ao também pecuarista Ítalo Toddy. A reportagem tentou contato com o número do ruralista em seu site oficial, mas não obteve retorno.

O MST denuncia ainda que o estado do Pará possui um alto índice de concentração e grilagem de terras e é um dos estados onde há o maior número de assassinatos de lideranças e defensores dos direitos humanos.

A reportagem entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública do Pará, mas ainda não obteve posicionamento da pasta sobre a situação na região.

Data da notícia: **20/11/2023**

Título: Deputado do PL apresenta projeto para retomar o voto em cédula no Brasil

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/deputado-do-pl-apresenta-projeto-para-retomar-o-voto-em-cedula-no-brasil/>

O deputado federal Bibó Nunes (PL-RS) apresentou nesta segunda-feira 20 um projeto de lei para encerrar o sistema eletrônico e reintroduzir a cédula de votação no Brasil.

A mudança, segundo o PL, deveria valer a partir de 2026. Sem evidências, Nunes afirma que a aprovação da matéria poderia gerar “credibilidade e paz eleitoral”.

Alega, também, que “as controvérsias com a segurança e a transparência dos sistemas eletrônicos ainda são motivo de dúvida entre eleitores”.

Ao contrário do que sugerem bolsonaristas, contudo, jamais houve qualquer comprovação de irregularidade nas eleições realizadas com urnas eletrônicas.

Em 2022, diversas entidades acompanharam e fiscalizaram o processo eleitoral no País, sem encontrar indícios de ilegitimidade. Uma delas, a Comissão Especial de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, atestou que “não houve qualquer fato que aponte suspeita de irregularidades no processo de votação”.

Até mesmo os militares, instados pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), participaram da auditoria, mas não apontaram qualquer traço de fraude. Em setembro deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, por unanimidade, retirar as Forças Armadas da relação de entidades fiscalizadoras do processo eleitoral.

Data da notícia: **20/11/2023**

Título: Lula cita 'dívida histórica da supremacia branca' em anúncio de ações para marcar o Dia da Consciência Negra

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/20/lula-cita-divida-historica-da-supremacia-branca-em-anuncio-de-acoes-para-marcas-o-dia-da-consciencia-negra>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou como pagamento de uma dívida histórica construída pela “supremacia branca” o anúncio de 13 medidas de seu governo para marcar o Dia da Consciência Negra nesta segunda-feira, (20). O pacote prevê investimentos de cerca de R\$ 20 milhões para, entre outras iniciativas, fazer avançar 1.800 processos de titulação de terras quilombolas.

"O que nós fizemos aqui hoje é o pagamento de uma dívida histórica que a supremacia branca construiu neste país desde que este país foi descoberto. Nós queremos apenas recompor aquilo que é uma realidade de uma sociedade democrática", afirmou o petista.

Além disso, ele aproveitou o evento no Palácio do Planalto para comparar o desmonte de políticas sociais durante o governo de Jair Bolsonaro à destruição de prédios na Faixa de Gaza, que está atualmente sob ataque de forças militares israelenses.

“Vocês não têm noção como que nós encontramos esse país. Vocês estão vendo furação no Rio Grande do Sul, enchendo d’água, estão vendo Santa Catarina. Mas aqui teve um furacão a destruir tudo que é política de inclusão social, que a gente se matou para fazer em treze anos, se destruiu em um dia. É como a Faixa de Gaza, vocês estão vendo aqueles prédios que estão sendo destruídos, levaram décadas para serem construídos, mas um foguete destrói aquilo em um segundo. E aqui se destruiu políticas públicas que nós estamos tentando reconstruir”, afirmou o petista na cerimônia em comemoração ao Dia da Consciência Negra no Palácio do Planalto.

Com a participação de políticos, ministros, artistas e lideranças de movimentos negros e quilombolas o evento realizado nesta manhã contou com um discurso da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, para anunciar o pacote de medidas.

Entre as propostas mais importantes, se destacaram o anúncio de R\$ 8 milhões para um programa de qualificação de funcionários que fazem atendimento psicossocial de famílias de vítimas de violência na Bahia e no Rio de Janeiro e as entregas de títulos que garantem a posse definitiva para cerca de 300 famílias quilombolas de diferentes regiões do país.

As ações anunciadas nesta segunda foram divididas nos eixos: direito à vida e à dignidade, direito à educação e inclusão, direito à terra e direito à memória e reparação.

“Quando me perguntam qual é a prioridade do ministério, presidente, eu sempre digo que é vida digna para todas as pessoas. Não aceitaremos nada menos que isso”, afirmou a ministra Anielle Franco. Ela ainda destacou em seu discurso o fato de que, pela primeira vez, o país tem um Ministério da Igualdade Racial para celebrar o Dia da Consciência Negra.

Titulações

Entre os títulos de terra entregues nesta segunda durante o evento no Palácio do Planalto estavam a titulação para a comunidade da Ilha de São Vicente, que fica em Araguatins (TO) e conta com 55 famílias; e para 89 famílias de Lagoa dos Campinhos, que fica em Amparo de São Francisco e Telha (SE).

Além disso, o Instituto de Terras do Maranhão (Iterma), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e com Governo do Maranhão, também entregou três títulos: um para a Associação dos Moradores do Povoado Malhada dos Pretos, do município de Peri Mirim (MA), que conta com 45 famílias; outro para a Associação dos Moradores do Povoado Santa Cruz, também de Peri Mirim (MA), que conta com 50 famílias; e o último para a Associação da Comunidade Negra de Trabalhadores Rurais Quilombolas de Deus bem Sabe, do município de Serrano do Maranhão (MA), que conta com 80 famílias.

Também foi anunciado pela ministra Anielle Franco, um investimento de R\$5 milhões em parceria com o Instituto Federal do Maranhão para promover melhorias para as comunidades quilombolas de Alcântara (MA). A iniciativa prevê a realização de cursos de capacitação com ênfase em tecnologias sociais para garantia de alimentação e geração de renda, ações de transferência de tecnologia e, ainda, instalação de usinas fotovoltaicas para as comunidades que ainda sofrem com a pobreza e as violações de direitos.

Iniciativas interministeriais

Além dos pacotes de titulações, o programa anunciado nesta segunda conta com uma série de iniciativas envolvendo a articulação do Ministério da Igualdade Racial com outras pastas da Esplanada. Confira abaixo a relação das iniciativas:

Políticas de ações afirmativas: o Programa Federal de Ações Afirmativas conta com investimento de R\$ 9 milhões para desenvolver mecanismos que garantam a transparência, a participação, o controle social, a gestão, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de políticas afirmativas.

Grupos de trabalho: o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Comunicação Antirracista será responsável por propor políticas que promovam uma comunicação mais inclusiva e respeitosa dentro da administração pública. Além de elaborar o Plano Nacional de Comunicação Antirracista.

Primeira infância antirracista: foi assinado um memorando de entendimento entre o Ministério da Igualdade Racial e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para trabalharem juntos para combater o racismo e atenuar seus impactos na infância de crianças negras, quilombolas e indígenas. As estratégias a serem criadas serão voltadas para a capacitação de profissionais da saúde, da assistência social e da educação, para a realização de seminários e eventos, para a produção de pesquisas, assim como para a disseminação de materiais relacionados a práticas antirracistas nos serviços de atendimento às gestantes, crianças negras e indígenas.

Brasil sem fome: o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MIR e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) reafirma o compromisso com a construção de uma agenda de combate à fome, à insegurança alimentar e à pobreza, a partir da qualificação de serviços e equipamentos da assistência social. Ele integra o Plano Brasil Sem Fome, que busca promover a equidade de raça e gênero por meio da inclusão socioeconômica e da promoção da segurança alimentar e nutricional.

Pequena África e Cais do Valongo: o Ministério da Igualdade Racial também firmou uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a implementação de projetos culturais e ações em prol da preservação e valorização da herança africana, como também o fortalecimento das instituições culturais na região da Pequena África e do sítio arqueológico Cais do Valongo, no Rio de Janeiro (RJ). Principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, o Cais do Valongo é Patrimônio Mundial da Unesco. Estimativas sinalizam que cerca de um milhão de africanos desembarcaram ali.

Hip-Hop como referência cultural: foi assinado um Decreto Presidencial de reconhecimento do Hip-Hop como referência Cultural Brasileira, estabelecendo as diretrizes nacionais de valorização da cultura Hip-Hop.

Caminhos Amefricanos: programa de intercâmbios universitário Sul-Sul que prevê investir R\$ 22 milhões em quatro anos para promover o diálogo, a pesquisa, a produção científica, a educação antirracista, as trocas culturais e a cooperação entre Brasil e países da África, América Latina e Caribe. O programa se destina a pessoas pretas, pardas e/ou quilombolas da rede pública de ensino, que estejam regularmente matriculadas em cursos de licenciatura ou sejam docentes da Educação Básica aqui, assim como a estudantes e docentes de grupos sociais historicamente vulnerabilizados nos países parceiros.

O objetivo do programa é alcançar 15 países ao longo dos próximos cinco anos. A cada edição, 50 bolsistas do Brasil e 10 do país parceiro serão beneficiados por intercâmbios de 15 dias. Os primeiros países a receberem o Caminhos Amefricanos serão Moçambique, Colômbia e Cabo Verde. O edital de seleção para a primeira edição, que conectará São Luís (MA) e Maputo, será lançado na terça-feira, (21).

Data da notícia: **22/11/2023**

Título: ‘Mesmo fim de Marielle’: MPF denuncia internauta por incitar crime contra deputada do PSOL

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/mesmo-fim-de-marielle-mpf-denuncia-internauta-por-incitar-crime-contra-deputada-do-psol/>

O Ministério Público Federal denunciou à Justiça um internauta de Pernambuco por difamação e incitação ao crime de ódio contra a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ). Na rede social X, o acusado afirmou desejar que a deputada fosse vítima de um homicídio.

Além da condenação pelos crimes virtuais, o MPF pede que o internauta pague uma indenização de 10 mil reais à parlamentar, como reparação mínima por danos morais.

A ameaça ocorreu quando o acusado reagiu a uma publicação da deputada sobre os trabalhos da CPI do MST. No comentário, o internauta ofendeu Talíria e afirmou esperar que o “fim” dela fosse “parecido com o de sua colega de partido, a Marielle Franco”.

Em nota, o procurador da República Rodolfo Lopes destaca que o fato de Marielle, também filiada ao PSOL, ter sido assassinada em razão de sua atuação política revela o nítido intuito do internauta de constranger e intimidar Talíria, “mediante violência psicológica”.

Data da notícia: **22/11/2023**

Título: Munduruku estão cada vez mais cercados pela soja e agrotóxicos

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/munduruku-estao-cada-vez-mais-cercado-s-pela-soja-e-agrotoxicos/>

Cada árvore que cai na terra do povo Munduruku não significa apenas mais uma área da Amazônia sendo desmatada para dar lugar à soja. Para os indígenas, a invasão do agronegócio representa também o adoecimento do corpo e o esgotamento da espiritualidade, ensina o cacique Josenildo dos Santos da Cruz, 37 anos, que habita a Terra Indígena (TI) Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno, em Santarém (PA).

Josenildo recebeu a Agência Pública em 2019 para mostrar os riscos e violências que os indígenas enfrentam na luta para que os sojicultores saiam de seus territórios.

Na ocasião, a reportagem esteve em uma área entre duas glebas públicas federais, a Ituqui e a Concessão de Belterra, onde se localizam ao menos quatro aldeias indígenas, habitadas pelos Munduruku, e três comunidades quilombolas – Murumuru, Murumurutuba e Tingu.

Ao visitar a região agora em 2023, nada mudou – ao contrário, piorou a situação. Os processos demarcatórios seguem sem definição, enquanto fazendas de grãos se expandem sobre territórios tradicionais. Em vez de floresta amazônica, o que se vê são vastos campos de soja.

O cacique está cansado de ver as denúncias feitas pela comunidade indígena serem ignoradas pelos governos estadual e federal. “A gente luta e pede que os órgãos ambientais façam o seu trabalho. Mas quando ligamos na Sema [Secretaria de Meio Ambiente do Pará], quando denunciemos, nada é feito. Parece que há um aparelhamento dentro dos

órgãos de fiscalização”, afirma a liderança indígena. Por sua vez, a Sema afirma que a fiscalização em terra indígena é de responsabilidade dos órgãos federais.

Degradação

Desde o final da década de 1990, quando a soja entrou no Planalto Santareno, os indígenas têm visto a floresta tombar. Em 2008, os Munduruku reivindicaram a demarcação da TI Munduruku e Apiacá, uma área de 1,7 milhão de hectares que faz parte do território tradicional da etnia. Diante da morosidade do Estado, em 2015 os próprios indígenas demarcaram seu território, mas a Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou os estudos para a demarcação só em 2019, devido a uma intervenção do Ministério Público Federal que culminou em um acordo entre o órgão, a Funai e a União. Mas nada mudou nos últimos quatro anos.

A expectativa de Josenildo era de receber notícias sobre o estudo no final do mês de abril, o que não ocorreu. A Pública solicitou informações à Funai, que afirmou: “O procedimento demarcatório, em todas suas fases, especialmente em sua etapa de estudos, possui grande complexidade, dependendo de uma série de fatores e atores, não sendo possível definir expectativas de prazo”.

Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), mais de 600 indígenas residem nas quatro aldeias do território autodemarcado, que são: Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada. Na Açaizal, aldeia em que Josenildo vive, localizada a oeste da área definida pela comunidade, é onde ocorre a maior degradação ambiental, devido ao avanço da monocultura. Também é o centro do conflito com os sojeiros.

A Pública teve acesso a um laudo técnico solicitado pelo MPF ao Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que mostra o grau de destruição ambiental provocado pela soja. Entre 2018 e 2021, foram identificados mais de 100 hectares com sinais de alteração branda a forte na Açaizal, além de uma possível degradação de nascentes, associada ao processo de mudança de uso do solo.

O documento “Avanço de Áreas Agrícolas na TI Munduruku do Planalto Santareno desde Início do Processo de Demarcação”, elaborado pelo professor doutor João Paulo de Cortes, constata o avanço do agronegócio para dentro dos limites de autodemarcação da TI. O laudo foi requisitado pelo MPF devido à percepção dos moradores locais da invasão da monocultura no território. Na área apontada com maior índice de degradação, foram

identificados ao menos dez imóveis registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) com algum grau de sobreposição com as áreas alteradas identificadas através de imagens de satélite.

Como apurou a Pública em 2019, na área total da TI, há 101 registros do CAR. A Funai conseguiu o bloqueio integral das glebas públicas onde estão as comunidades indígenas, até que terminem os trabalhos administrativos de demarcação. Ou seja, nenhuma dessas terras pode ser regularizada sem que todas as fases do processo demarcatório sejam cumpridas.

“O que a gente chama de área degradada é uma mudança da vegetação primária para uma vegetação mais rala e de solo exposto. O avanço é identificado a partir da evolução do uso do solo nas imagens de satélite”, explica Cortes. Segundo o professor, a análise, somada a outros dados sobre o avanço da monocultura no Planalto Santareno, permite observar que famílias que vivem mais próximas da soja têm uma perspectiva pior do que famílias em zonas mais protegidas ou mais afastadas do cultivo. “A monocultura tem esse efeito de desestabilizar as comunidades. Tem uma série de comunidades extintas que a gente observa dentro dessas zonas de monocultura”, afirma o pesquisador.

A fala de Cortes coincide com o relato do cacique Josenildo: “O pessoal que mora próximo à plantação de soja não demora muito tempo ali. Porque não aguenta. Não consegue viver com a quantidade de veneno que entra na sua casa. Nós estamos aqui [na aldeia], porque nós somos fortes e aqui é a nossa terra. É o local onde a gente vive. Onde a gente nasceu. E onde a gente quer continuar vivendo. É por isso que a gente luta e ainda acha força para resistir”, afirma o cacique.

Terra e identidade

Em setembro de 2018, dez sojicultores que cultivam dentro da TI Munduruku e Apiaká acionaram a Justiça para serem considerados “litisconsortes passivos necessários” na ação movida pelo MPF, como apurou o site de Olhos nos Ruralistas. Litisconsorte passivo necessário é aquele que tem interesse em comum com o réu e que será afetado pelas decisões que resultarem da ação. O pedido foi negado em primeira e segunda instância. Os requerentes foram: Ildo Valentin Borsatti, Rodrigo Borsatti, Adriano Gabriel Maraschin, Fábio Luis Maraschin, José Maraschin, Ignácio Maraschin, Germano Rene Durks, Francisco Alves de Aguiar e e Ivo Luiz Ruaro.

A Pública esteve na aldeia Açaizal em abril deste ano, ocasião em que Ildo Valentin Borsatti aceitou falar com a reportagem. O argumento do sojicultor é que não há indígenas no

território. “Criaram esse negócio de indígena aí há pouco tempo. Esse negócio do PT de se autodeclarar indígena. Aqui não existia índio. É tudo cearense que veio pra cá”, afirma o sojicultor. E continua: “Não existia [indígena na área]! Aliás, existir, deve ter existido. Tinha índio pra todo lado quando o Brasil foi descoberto, né? Mas, se for pra declarar alguém assim, tem que declarar o país inteiro”, disse Ildo, ao questionar a identidade dos Munduruku.

Um discurso muito usado pelo agronegócio local, como constatou o pesquisador Fábio Zuker, doutor em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor na Princeton University (EUA), nos seis anos em que realizou sua pesquisa de doutorado na região do Baixo Tapajós. “Um argumento racista e que se vale de uma imagem folclorizada de indígenas como parados no tempo. Como se os indígenas não pudessem se transformar, ao longo da história, a partir de lógicas inerentes à sua cultura” afirma.

Zuker explica que ali houve uma incorporação de migrantes nordestinos às aldeias indígenas. “Uma vez forasteiros, chegados ao longo do século XX de estados como Ceará e Maranhão, eles foram indigenizados. Casaram-se com indígenas – usualmente é o homem de fora que se casa com a mulher indígena – e aprenderam a caçar com seus sogros e genros. De modo que ninguém questiona seu pertencimento ao povo indígena, ou que seus filhos sejam indígenas”, explica o professor.

E conclui: “Desta forma, é pelos laços de parentesco que diversas comunidades indígenas do Baixo Tapajós incorporaram pessoas vindas de outras regiões às suas comunidades. Cabe aqui também entender que muitos desses migrantes nordestinos são, eles mesmos, netos de indígenas, e que puderam, na Amazônia e na acolhida comunitária que lhes foi oferecida, encontrar um solo fértil para onde recuperar traços culturais com os quais já conviviam em suas famílias”.

Em 2019, Josenildo já havia declarado que, além de ser “uma praga”, a expansão da soja causava violência na região. Seu irmão, Belarmino Cruz, foi assassinado durante uma visita à cidade de Mojuí dos Campos em setembro de 2018. “Ele foi morto com seis facadas nas costas e, segundo o assassino, foi assassinado por engano. Existe uma investigação em curso em relação a isso, mas a gente não pode negar que algumas pessoas ouvidas pela polícia disseram que não era pra ter sido meu irmão, era pra ter sido eu, como liderança”, afirma. Outra linha de investigação dá conta de que Belarmino foi assassinado em uma briga de bar. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil de Santarém até hoje.

Agora, em 2023, ele desabafa novamente: “A gente é ameaçado em tudo nessa vida. O sentimento é de impotência. Se a gente denuncia alguma coisa, é ameaçado. Quando

derrubam a floresta, acabam com as nossas plantas medicinais e nossos frutos. Nosso espírito enfraquece. A gente fica preso numa área, porque já não nos deixam andar por onde a gente andava antes”..

Data da notícia: **23/11/2023**

Título: Ruralistas temem repercussão na COP28 e adiam análise de vetos do marco temporal

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/23/ruralistas-temem-repercussao-na-cop28-e-adiam-analise-de-vetos-do-marco-temporal>

O Congresso adiou novamente a análise dos vetos do presidente Lula (PT) à lei do marco temporal das terras indígenas. A sessão conjunta entre deputados e senadores que estava marcada para esta quinta-feira (23) foi cancelada, em meio a uma falta de acordo entre lideranças do Senado sobre quais vetos seriam derrubados.

É a segunda vez em que a análise dos vetos à lei do marco temporal é adiada. O tema estava pautado para o dia 9 de novembro, mas foi cancelado para dar lugar à votação que destinou R\$ 15 bilhões para compensação a estados e municípios por perdas de arrecadação resultantes da desoneração dos combustíveis no governo de Jair Bolsonaro (PL).

A Constituição determina que os vetos presidenciais a leis aprovadas pelo Congresso devem ser automaticamente remetidos aos deputados e senadores, que podem manter ou derrubar os vetos. A análise deve ser feita em até 30 dias corridos, prazo que venceu na última segunda-feira (20). Depois desse período, a pauta fica trancada até que a questão seja votada.

"Para nós, isso não altera nada", publicou o deputado Pedro Lupion (PP-PR), líder da bancada ruralista. "Estamos confiantes de que, na próxima sessão do Congresso, conseguiremos derrubar os vetos, contando com o apoio manifestado pelos líderes", complementou o parlamentar.

Efeito COP

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) comemorou o adiamento e avaliou que ele é decorrente da pressão dos indígenas sobre os parlamentares, além da proximidade com a COP28, que começa na próxima semana em Dubai, nos Emirados Árabes.

Políticos ruralistas, que já prometeram derrubar os vetos, temem o impacto negativo de reinstaurar uma lei antiambiental às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP28.

"Estamos indo para a COP para explicitar o ataque aos direitos indígenas dos últimos meses, que vão na contramão da pauta climática e socioambiental, que é propagada pelo Brasil lá fora, mas não se reflete aqui no país, principalmente quando o agro tenta, a todo momento, fragilizar os nossos direitos", avaliou o coordenador da Apib, Kleber Karipuna, ao Brasil de Fato.

Lula vetou pontos inconstitucionais

Os vetos de Lula que serão analisados pelo Congresso suprimiram pontos inconstitucionais da lei, entre eles o critério de tempo para validar demarcações, mas manteve mudanças consideradas como retrocessos por indígenas e indigenistas, por permitirem a abertura de áreas indígenas ao agronegócio.

Insatisfeito, o setor mais poderoso do Congresso - a bancada ruralista - anunciou que pretendia derrubar os vetos de Lula e restabelecer a lei do marco temporal na sua integralidade. O movimento indígena reagiu e convocou mobilizações nas cidades, aldeias e na internet.

Para derrubar os vetos presidenciais, a sessão conjunta do Legislativo terá que ter maioria absoluta, ou seja, pelo menos 257 votos dos deputados e 41 dos senadores. A tese ruralista foi aprovada com 283 votos na Câmara e 43 no Senado.

Ruralistas insistem em tese inconstitucional

Pelo marco temporal, uma tese jurídica criada por ruralistas e repudiada por indígenas, terras dos povos originários só podem ser demarcadas se estivessem ocupadas por eles no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

A Constituição não faz qualquer menção a um critério de tempo para demarcações de terras indígenas. Pelo contrário, a Carta Magna diz textualmente que o direito dos indígenas é originário e precede a própria criação do Estado brasileiro.

Por isso, o marco temporal foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A mesma avaliação é feita pelo Ministério Público Federal (MPF), além de organizações indígenas, indigenistas e de direitos humanos.

Mesmo assim, políticos e representantes dos grandes proprietários de terras insistem na tese inconstitucional, pois veem nela uma oportunidade de anexar territórios destinados aos povos originários.

O plano B dos ruralistas

Se o marco temporal for restabelecido via Legislativo, a Apib ou outras organizações poderão questionar a medida no STF por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Até a decisão final, retrocessos contidos na lei podem continuar valendo, se não forem derrubados por medidas cautelares do Supremo.

Mas os ruralistas já têm um plano B, no caso de o STF derrubar novamente a lei do marco temporal. Após o Supremo declarar a inconstitucionalidade do critério de demarcações, o senador Dr. Hiran (PP-RR) protocolou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que pede a instituição do marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

Data da notícia: **24/11/2023**

Título: Jagunços atacam ocupação Guarani Kaiowá no MS e espancam indígenas, antropóloga, engenheiro e jornalista canadense

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasilefato.com.br/2023/11/24/jaguncos-atacam-ocupacao-guarani-kaio-wa-no-ms-e-espancam-indigenas-antropologa-engenheiro-e-jornalista-canadense>

Dezenas de homens encapuzados com armas de fogo e facas cercaram e espancaram indígenas do povo Guarani Kaiowá que, no sábado (18), haviam retomado uma área que

faz parte do território Pyelito Kue e está sobreposta pela Fazenda Maringá, na cidade de Iguatemi (MS). O grupo agredido conseguiu voltar para a aldeia somente na quinta-feira (23), machucado e com escoriações. José*, indígena que estava na retomada, conta que além do espancamento, “jagunços ameaçaram estuprar as mulheres”.

Referidos como “pistoleiros dos fazendeiros” pelos Guarani Kaiowá, estes homens também interpelaram, roubaram e agrediram na última quarta-feira (22) uma antropóloga, um engenheiro florestal e um jornalista canadense que tentavam chegar ao local, quando já circulavam denúncias do conflito.

Na noite do mesmo dia 22, a Polícia Federal (PF) de Naviraí e a Força Nacional fizeram diligências na região e prenderam em flagrante um produtor rural, com munição em sua residência. Questionada sobre esta prisão e identidade do homem detido, a PF se limitou a dizer que “segue nas investigações”.

“Pyelito Kue é um exemplo cabal e um dos mais intensos do que a não demarcação causa ao povo Guarani Kaiowá”, resume Matias Hampel, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Expulsos de seu território entre 1928 e 1940 e confinados na Reserva Indígena de Sassoró, os Guarani Kaiowá lutam para recuperar o tekoha (lugar onde se é, em guarani) Pyelito Kue e Mbarakay há gerações.

A área - sobre a qual estão também outras propriedades rurais, como a Fazenda Cachoeira e a Fazenda Santa Rita - integra a Terra Indígena (TI) Iguatemipeguá I, já identificada e delimitada pela Funai desde 2013. O processo demarcatório, no entanto, está estagnado.

“Essa violência infelizmente vivida agora por um jornalista estrangeiro é o que há décadas a comunidade denuncia estar sofrendo. O caso de agora remonta ao período em que acompanhamos 33 ataques paramilitares contra a comunidade em oito meses, entre 2015 e 2016”, ressalta Hampel.

Accionada pelo Cimi desde a segunda-feira (20), quando chegaram as informações de que acontecia um ataque armado contra a retomada, a Força Nacional chegou ao local apenas depois da agressão ao fotojornalista canadense. As caminhonetes e os homens armados já haviam se retirado.

“Já há muitos anos esperando a justiça que não vem, decidimos fazer a retomada. É onde agora é a Fazenda Maringá, mas ali é a nossa aldeia, é o centro da aldeia Pyelito”, conta José.

“Foi de manhã quando os pistoleiros chegaram, primeiro eram quatro. A gente não tem arma, nada para se defender, só arco e flecha. Quando eles começaram a atirar, o pessoal correu, corri também. Ali embaixo tem uma represa, e tinham outros nove pistoleiros escondidos no mato”, relata o indígena. Ali que três mulheres e um homem foram pegos e, segundo ele, muito feridos.

“Uma delas uma senhora, eles bateram mais. Machucou muito o braço e a perna dela. Eles bateram na barriga das outras mulheres com a espingarda”, descreve José.

Agressão contra antropóloga, engenheiro florestal e jornalista estrangeiro

A antropóloga Carolina Mira, o fotojornalista canadense Renaud Philippe e o engenheiro florestal Renato Farac acompanhavam a Aty Guasu, Grande Assembleia Guarani Kaiowá, no município de Caarapó (MS) quando, na quarta-feira (22), foram até Iguatemi (MS), na fronteira com o Paraguai.

Na rodovia MS-386 e já próximos da área onde pretendiam apurar as denúncias, encontraram uma guarnição do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), vinculado à Polícia Militar do Mato Grosso do Sul.

“O policial perguntou quem a gente era, eu falei que da imprensa, e ele disse que não tinha nenhuma ocorrência ali. Eu disse ‘a Força Nacional está vindo, né? Vamos aguardar para entender o que está acontecendo’. E ele riu”, conta Mira, que há dois anos trabalha com Philippe em um documentário sobre conflitos de terra.

Foram ao perímetro urbano e ao retornarem, no entroncamento rural entre as rodovias 295 e 386, os três se depararam com uma barreira de dezenas de caminhonetes e, segundo eles, de 30 a 50 homens armados, muitos dos quais encapuzados. Assim que o trio desceu do veículo, uma caminhonete se aproximou, o motorista tinha um revólver em mãos e um homem no banco de trás falou para saírem dali.

“Quando a gente estava indo para o carro, os homens mascarados correram na nossa direção e começaram a nos agredir”, conta Mira. Ao Brasil de Fato, Carolina e Renaud relataram terem sido jogados no chão e, principalmente ele, espancado. Com uma faca, cortaram um tufo do cabelo do canadense. “Me xingavam de ‘vadia de ONG’”, diz a antropóloga. Ameaçaram marcar seu rosto com a faca.

“Eu nunca vi um ódio assim. Isso foi o mais assustador”, salienta Mira. “Coletamos relatos de violências sofridas pelo povo Guarani há dois anos, é muito sofrido ouvir. Mas ver esse

ódio na sua frente é impressionante”, diz. Trabalhando há 20 anos em áreas de conflito, o jornalista canadense afirma nunca ter visto algo similar.

Enquanto eram agredidos, os três tiveram todos os pertences tirados de dentro do carro. De havaianas até passaportes, cartões bancários, câmeras fotográficas, cadernos pessoais, dinheiro e celulares. Em dado momento, uma viatura da Polícia Militar apareceu. Carolina conta que fez a eles um sinal de pedido de ajuda. Foi ignorada.

“Ver a polícia, ver que nos viram, viraram a cabeça e se retiraram, é inacreditável. Não há como fugir da pergunta: a quem eles estão servindo?”, questiona Renaud Philippe. O fotojornalista está com um enorme hematoma na barriga.

O Brasil de Fato pediu uma posição da Secretaria de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, governado por Eduardo Riedel (PSDB), mas não teve resposta até o fechamento da matéria.

Em dado momento, a antropóloga, o jornalista e o engenheiro florestal conseguiram se desvencilhar, entraram no carro e foram até Amambai (MS), onde acontecia um encontro da Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Guarani Kaiowá.

“É muita violência, mas também a beleza da luta é enorme. Difícil encontrar algo parecido”, relata Carolina, ao dizer que, quando chegaram em Amambai, foram acolhidos com cantos. “Os rezadores vieram nos fazer uma cura para tirar o susto e proteger contra a maldade”, expõe.

Acompanhados pela Defensoria Pública da União (DPU), os três registraram a ocorrência na Delegacia de Amambai. O caso foi encaminhado à Polícia Federal de Naviraí, “tendo em vista que o fato ocorreu em contexto de disputa de terras envolvendo comunidades indígenas da região de Iguatemi e em razão deste conflito”, informou a DPU.

Enquanto estavam na delegacia, afirmou Renaud Philippe, perceberam estar sendo observados por pessoas em um carro que passava bem lentamente. Nele estava escrito: “Fazenda Maringá”.

“Só queremos nosso tekoha”

O drama de Pyelito Kue ganhou grande repercussão em 2012 quando, ameaçados de despejo de uma área que ocupavam às margens do Rio Hovy, a comunidade soltou uma carta pública interpretada por alguns como o anúncio de um suicídio coletivo.

“Queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo, mas solicitamos o decreto da nossa morte coletiva para nos enterrar aqui”, dizia a carta. A reação gerou uma campanha nas redes sociais em que as pessoas colocaram “Kaiowá” como sobrenome.

O documento, explica Matias Hampel, não anunciava um suicídio. “Essa carta era de um povo massacrado dizendo que conhecia muito bem a violência, mas que se submeteria a ela se fosse preciso, com a máxima coragem para recuperar aquilo que os tornava pessoas. Seu tekoha”, diz.

Em 2015, dois anos depois de os 47 mil hectares da TI Iguatemipeguá I serem delimitados e nada mais acontecer, os Guarani Kaiowá retomaram parte do território. “E sofreram um ataque paramilitar brutal dos fazendeiros”, recorda Hampel. “Apanharam muito. Indígenas tiveram suas mãos e pés atados e jogados numa estrada vicinal. Foram encontrados e resgatados pela Funai”, conta.

Dada a violência deste episódio, o Ministério Público Federal propôs um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) delimitando que os indígenas permaneçam em uma área de 90 hectares, onde estão desde então. Trata-se de 0,2% do território já delimitado pela Funai. “A comunidade vem tentando, sem sucesso, dialogar com o Estado para dar uma celeridade para o seu processo”, destaca Hampel.

“Aqui a gente não tem muito espaço, não. Queremos plantar, viver bem, isso aqui não é a nossa aldeia ainda”, ressalta José. “Queremos viver em paz na nossa própria terra. Só queremos nosso tekoha. E fazendeiro não quer entregar. Mas a gente não vai parar de lutar”, garante.

*Nome alterado para preservação da fonte.

Data da notícia: **24/11/2023**

Título: MPF e DPU se manifestam contra a internação compulsória de usuários de drogas no Rio

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/justica/mpf-e-dpu-se-manifestam-contr-a-internaca-o-compulsoria-de-usuarios-de-drogas-no-rio/>

O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União enviaram uma nota técnica ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), contra a internação compulsória de usuários de drogas em unidades de tratamento.

O documento foi elaborado após o prefeito declarar ter solicitado à Secretaria Municipal de Saúde a elaboração de uma proposta para adotar a medida.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o prefeito disse ser contra “amarras impostas às autoridades”.

No documento, o MPF e a DPU destacam que a internação compulsória, ou seja, realizada contra a vontade do paciente, é inconstitucional, traduz uma medida higienista e atenta contra a dignidade do ser humano.

“A Constituição Federal afirma que ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Ora, a internação compulsória é a privação de liberdade sob o pretexto de submeter um sujeito a tratamento de saúde”, apontam os órgãos.

MPF e DPU também ressaltam que a saúde é um direito social, não uma obrigação imposta aos cidadãos.

“Ninguém pode ser privado de sua liberdade para, forçadamente, submeter-se a qualquer espécie de tratamento, sem o seu livre consentimento”, enfatiza a nota. “Esse tipo de ação trata as pessoas como sendo meros objetos de incidência da política estatal, e não como verdadeiros sujeitos de direitos que são.”

O documento ainda aponta que a internação realizada para fins de tratamento de saúde decorre, necessariamente, de uma deliberação médica e não pode ser uma medida imposta de forma autoritária por agentes estatais.

Também segundo a nota técnica, na maioria das vezes as unidades públicas de saúde não têm capacidade de receber essas pessoas de maneira digna.

Data da notícia: **25/11/2023**

Título: Bolsonaroistas usam vitória de Milei para repetir alegações de fraude e pedir voto impresso

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaristas-usam-vitoria-de-milei-para-repetir-alegacoes-de-fraude-e-pedir-voto-impresso/>

No último domingo 19, Bolsonaroistas já estavam prontos para dizer que uma eventual derrota de Javier Milei (La Libertad Avanza) seria fruto de uma fraude eleitoral, mas o candidato venceu. Ainda assim, alguns seguem defendendo que Milei só conseguiu vitória porque teve muitos votos, o que teria reduzido o “impacto do roubo” — assim como disse Jair Bolsonaro (PL) após as eleições de 2018.

Outros alegam que os fiscais arregimentados pela campanha do argentino foram os responsáveis por diminuir as supostas tentativas de alteração dos resultados. Ainda há quem atribua a vitória ao voto “impresso”, modelo que não funciona na Argentina.

O certo é que os brasileiros da extrema direita não mais imaginam uma eleição sem a alegação de tentativa de fraude pela esquerda, dada como certa, mesmo sem evidências. Isso é o que mostra a apuração da Agência Pública a partir de dados gerados pelo Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais (NetLab), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O laboratório monitorou a repercussão da vitória de Milei no WhatsApp, Telegram, Youtube, Facebook e Instagram, a pedido da reportagem.

Uma montagem compartilhada pelo perfil @guardioes_bolsonaro no Instagram, por exemplo, mostra Javier Milei ao lado de Jair Bolsonaro e Donald Trump. A legenda diz: “que hoje a fraude não seja maior que na (sic) vontade do povo argentino”, em caixa-alta. A página tem 7,6 mil seguidores e a postagem recebeu 175 interações.

O youtuber Adriano Castro, conhecido como Didi Red Pill, entretanto, afirma, sem base nos fatos, que houve fraude, mas esta não teria sido suficiente para impedir a vitória de Milei. Ele deu entrevista ao canal da Rádio Auri Verde Bauru, que tem mais de 1,5 milhão de inscritos, no dia 20. “Eu era um pouco cético em relação à vitória do Milei por todo o retrospecto que a gente sabe e vê do Foro de São Paulo aqui na América Latina. Mas a vitória foi tão avassaladora, meu irmão, a vitória foi tão gigantesca que mesmo havendo fraudes, porque houveram (sic), ele conseguiu ganhar”, disse. O conteúdo ultrapassou 18 mil visualizações e recebeu 3,2 mil curtidas.

O pesquisador Bruno Mattos, pesquisador da NetLab, aponta que a narrativa sobre fraude eleitoral é fruto de “esforços coordenados”. “Trump mostrou para outras lideranças da extrema direita global que é possível engajar e radicalizar ainda mais uma parcela significativa de seu público a partir de uma campanha permanente de desinformação baseada em alegações de fraude eleitoral. Da mesma forma que Bolsonaro seguiu Trump nesse sentido, espera-se que ao menos os apoiadores mais fervorosos de Milei, na Argentina e no Brasil, o façam”, acrescenta.

De fato, é comum a comparação entre a Argentina e o Brasil ou Estados Unidos, países onde os representantes da extrema direita perderam em eleições democráticas. Nos dois locais, apoiadores dos candidatos derrotados, insuflados por mentiras sobre os sistemas eleitorais, invadiram e depredaram os prédios públicos em uma tentativa de manter seus líderes na presidência.

Mais de um ano após o encerramento do pleito, apoiadores de Bolsonaro seguem afirmando que houve fraude nas últimas eleições presidenciais, apesar das autoridades eleitorais e observadores internacionais terem atestado a segurança dos resultados. O discurso foi repetido por trumpistas que chegaram a comemorar o 8 de janeiro, como revelou a Pública.

Um dos responsáveis pela disseminação de desinformação sobre as eleições brasileiras foi Fernando Cerimedo, marqueteiro da campanha de Milei e próximo à família Bolsonaro. Após o segundo turno, Cerimedo fez uma live na qual apresentou supostas evidências de que os resultados eleitorais brasileiros haviam sido adulterados. As informações são falsas.

No especial Mercenários Digitais, a Agência Pública, o UOL e o CLIP revelaram que, semanas antes da live, ele havia “patrocinado” uma viagem de Eduardo Bolsonaro (PL-SP) a Buenos Aires, de acordo com uma publicação de um de seus sites, o La Derecha Diario. Lá, o deputado esteve com Milei e outras figuras da extrema direita argentina. A reportagem também revelou que um funcionário de Cerimedo foi contratado pela campanha de Eduardo. Seus vínculos com os Bolsonaros não foram citados na transmissão.

“Durante e após as eleições de 2022, lideranças de extrema direita de toda a América Latina, sobretudo da Argentina, se uniram para reforçar as alegações de que a vitória de Lula teria sido fruto de uma fraude muito bem articulada”, explica Mattos. Neste ano, a vitória de Milei “foi um dos tópicos que mais engajou os públicos bolsonaristas nas redes”, acrescenta o pesquisador.

Outro ponto em comum entre o discurso da extrema direita brasileira, argentina e estadunidense é a mobilização por fiscais. No ano passado, a Púbrica revelou que políticos estavam usando mentiras sobre o sistema eleitoral para conseguir voluntários, e que houve uma mobilização para conseguir fiscais no exterior. A chamada de fiscais foi uma das 15 estratégias trumpistas que se repetiu no Brasil e, agora, na Argentina.

“Não se iludam, sem os fiscais nas sessões eleitorais na Argentina Milei não teria ganhado”, disse umas das mensagens do levantamento no Telegram.

Assim como Jair Bolsonaro, Javier Milei também seguiu o manual de Steve Bannon.

Defesa do voto impresso

“A eleição de Milei mostra que o nosso sistema de votação e apuração eleitorais baseados apenas na confiança de ministros do TSE não pode mais continuar, pois a Argentina mostra que é possível e viável a utilização do voto impresso para auditoria. Não haverá questionamento por lá”, diz a legenda um vídeo compartilhado no Facebook pela KM 32 News, que tem 17 mil seguidores. O conteúdo ultrapassou 100 mil visualizações, de acordo com os dados do NetLab.

O uso da vitória de Milei para descredibilizar a Justiça Eleitoral brasileira se repete em outras publicações. Porém, ao contrário do que afirma a postagem, a votação argentina foi questionada por Milei, mas as alegações de fraude cessaram após a vitória. Após o primeiro turno, quando o então candidato de extrema direita se viu atrás na corrida presidencial, ele disse que “houve irregularidades de tal magnitude que colocaram o resultado em dúvida”, informação que foi considerada falsa por veículos de checagem argentinos.

Às vésperas da segunda parte do pleito, a coligação lançou outra campanha de desinformação. Disse que a principal força de segurança do país teria alterado “o conteúdo das urnas e a documentação” para favorecer Massa. A justiça eleitoral argentina pediu mais informações sobre a denúncia feita pela campanha de Milei e a coligação voltou atrás.

Mais uma vez, a situação se assemelha ao que ocorreu no Brasil: após o primeiro turno, o Partido Liberal (PL), pelo qual concorria Jair Bolsonaro, fez uma denúncia de supostas fraudes ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas recuou quando as autoridades pediram provas. Em dezembro de 2022, o TSE aplicou uma multa de R\$ 22,9 milhões ao partido por litigância de má-fé.

Ainda assim, parlamentares brasileiros seguem apontando uma suposta fraude e defendendo o voto impresso, em especial após a vitória de Milei, conforme apurou a Pública.

Na noite do dia 19, por exemplo, o deputado Éder Mauro (PL-PA) escreveu no X (antigo Twitter): “Sem roubalheira. Parabéns, Argentinos!!! A direita conservadora assumindo. Com voto impresso, logo auditável, povo que experimenta comunismo não quer nunca mais...”

“O voto impresso garantiu a vitória da Direita na Argentina! Parabéns Presidente @JMilei”, concordou o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP) em post na mesma rede.

Questionada por um opositor se Milei iria duvidar da lisura das eleições depois da vitória, a deputada Bia Kicis respondeu no dia 20: “Lá tem voto impresso? Tem transparência eleitoral? Os eleitores do Milei foram censurados, empresários foram perseguidos? Perguntinhas básicas”.

O deputado estadual do Mato Grosso do Sul João Henrique (PL-MS) chegou a impulsionar um conteúdo afirmando que o voto impresso levou “a direita ao Congresso e comando da Argentina” entre os dias 20 e 22 deste mês. O conteúdo teve de 10 a 15 mil impressões e custou mais de R\$100.

Já o deputado Bibó Nunes (PL-RS) foi além e apresentou um projeto de lei para encerrar o sistema eletrônico e reintroduzir a cédula de votação no Brasil, espelhado nos Estados Unidos e Argentina. “A conclusão do processo eleitoral na Argentina, transparente, rápido e incontestado pelos derrotados, foi uma demonstração clara da credibilidade das cédulas”, afirmou o parlamentar. De acordo com o texto, o sistema eletrônico estaria provocando “desconfianças e instabilidade política no Brasil”. Na véspera, Nunes havia comemorado a vitória de Milei no X.

De acordo com o pesquisador Bruno Mattos, “os apelos favoráveis à implementação do ‘voto impresso’ nunca cessam por inteiro, de forma que bolsonaristas constantemente recuperam antigos episódios e criam novas situações para se manterem relevantes”. Ele diz que “manter essas alegações vivas vai ser fundamental para que possam tumultuar as eleições de 2024 no Brasil e alimentar um amplo questionamento da decisão judicial que tornou Bolsonaro inelegível”.

O pesquisador também critica a atuação das big techs: “As plataformas pouco atuam ou atuaram para impedir a proliferação de alegações de fraude eleitoral, seja no Brasil, seja na Argentina, seja nos Estados Unidos”.

No início desta semana, o Aos Fatos revelou que a Meta mudou sua política e passou a permitir anúncios que alegam fraude nas eleições brasileiras de 2022. Os conteúdos já circulavam mesmo quando eram proibidos, como mostrou a Pública.

Data da notícia: **26/11/2023**

Título: Frente de Luta por Moradia ocupa prédio de ministério em São Paulo; PM intervém com bombas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/26/frente-de-luta-por-moradia-ocupa-predio-de-ministerio-em-sao-paulo-pm-intervem-com-bombas>

Um grupo de sem-teto da Frente de Luta por Moradia (FLM) ocupou na noite de sábado (25) um prédio na Avenida 9 de Julho, importante via da cidade de São Paulo. O imóvel pertence ao Ministério da Saúde.

A Polícia Militar de São Paulo (PM-SP) interveio após a ocupação, que foi feita de forma pacífica. Depois de negociar a saída dos sem-teto do prédio, acabou atirando balas de borracha e bombas de gás contra eles.

A polícia chegou a bloquear uma das pistas da 9 de Julho. A FLM denunciou que idosos e crianças ficaram machucados por policiais. Um homem tomou um tiro de bala de borracha na cabeça e foi levado para um hospital.

“Foi uma grande covardia. Muita gente ficou machucada e foi para o hospital”, relatou Erenilda Maria da Silva Santos, que esteve na ocupação.

Ela disse que cerca de 180 pessoas ocuparam o prédio. Foram até lá porque ele é público, está sem uso e porque eles precisam de um local para morar. “Foram para ficar”, disse ela.

Antonia Serafim Rodrigues, coordenadora de movimentos por moradia e inclusão social em São Paulo, contou que negociou diretamente com os agentes policiais a saída dos sem-teto do prédio. Mesmo assim, ela disse que a PM não cumpriu o acordo.

“Jogaram gás de pimenta na minha cara, uma granada de gás ao meu lado”, disse. “A polícia do Tarcísio [de Freitas, governador de São Paulo pelo Republicanos] não respeita o trabalhador.”

A FLM divulgou em redes sociais fotos e vídeos sobre a ação dos policiais. Declarou que “a PM usou da força repressiva para oprimir famílias que lutam pelo direito à moradia”. “A polícia militar do governo Tarcísio desconhece que este prédio pertence à União e segue sem função social? Ocupar não é crime. Enquanto houver gente sem casa, haverá a luta dos trabalhadores sem-teto!”

Procurado pelo Brasil de Fato, o Ministério da Saúde informou que está em contato com as lideranças do FLM desde o início da noite de sábado. “No diálogo com as lideranças foi solicitada a desocupação do prédio, onde funciona parte da estrutura da superintendência que ainda não foi migrada para a nova sede na capital. O pedido foi atendido prontamente, sem resistência, e está prevista reunião com as lideranças do movimento nesta segunda-feira (27)”, declarou.

“Vale ressaltar que, em nenhum momento, o Ministério da Saúde acionou as forças policiais e que não pactua com a conduta aplicada contra mulheres e crianças que estavam no local. Foi solicitado, inclusive, que a ação ocorresse sem uso da violência, visto que já havia sido acordado a desocupação do prédio de forma pacífica”, acrescentou o Ministério da Saúde.

Já a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) declarou que a PM foi acionada às 21h de sábado para atender uma ocorrência de “invasão de propriedade em um prédio da União, onde mais de 100 pessoas estavam presentes”.

Segundo a SSP-SP, um segurança do prédio, de 45 anos, relatou ter sido agredido quando tentou impedir a entrada das pessoas no local. Ele registrou ocorrência do fato num a delegacia.

A secretaria acrescentou que os policiais militares tentaram negociação e que, sem sucesso, começaram a retirada dos integrantes da invasão no imóvel às 23h15. A SSP-SP ainda informou que não tem relatos sobre feridos e que constatou danos ao prédio, sem dar mais informações sobre eles.

Este texto foi atualizado às 14h15 de domingo, 26 de novembro, para inclusão de nota da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo e do Ministério da Saúde.

Data da notícia: **27/11/2023**

Título: Lula diz que relato de Ana Hickmann foi “importante” e que Lei Maria da Penha é “instrumento fundamental”

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-diz-que-relato-de-ana-hickmann-foi-importante-e-que-lei-maria-da-penha-e-instrumento-fundamental/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, nesta segunda-feira (27), que o relato da apresentadora Ana Hickmann sobre a violência do seu ex-marido, o empresário Alexandre Correa, é “importante” e que a Lei Maria da Penha “é instrumento fundamental”.

“Importante relato da apresentadora Ana Hickmann. A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, é um instrumento fundamental para combater a violência contra as mulheres. Disque 180”, declarou Lula.

Em entrevista ao “Domingo Espetacular” da TV Record, Hickmann explicou que deu entrada em seu divórcio com base na lei, ponderando ser mais rápido nessa ocasião, “porque fica muito claro que aquele relacionamento não pode mais existir”.

“A lei está para nos proteger. Ela foi criada por conta de uma mulher que foi vítima disso. E tantas outras que também foram vítimas. Eu dou notícias sobre isso todo dia dentro do ‘Hoje em Dia’. A lei é cada vez mais forte, ela me protegeu sim. Existem muitos gatilhos de proteção, ainda bem”, explico.

Relembre o caso de Ana Hickmann

A apresentadora registrou um boletim de ocorrência por agressão contra Alexandre Correa na casa da família em Itu, no interior de São Paulo, em 12 de novembro.

Ela disse à polícia que estava conversando com o filho, de 10 anos, na cozinha de casa quando Correa ouviu e não gostou do assunto. Por isso, ele iniciou uma discussão. A criança, assustada, teria saído correndo do ambiente, segundo Hickmann.

Correa teria empurrado a esposa contra a parede e ameaçado dar cabeçadas nela, de acordo com informações que constam no boletim de ocorrência. Ele negou as acusações nas redes sociais.

Durante a discussão, Correa teria fechado a porta da cozinha, atingindo Hickmann, segundo consta no boletim. Ela usou a situação para trancar o marido fora do cômodo e chamar a Polícia Militar, mas, Correa não estava mais no local quando os agentes chegaram.

Na delegacia, ao prestar depoimento e registrar o boletim, Hickmann recusou as medidas protetivas previstas na Lei Maria de Penha.

Data da notícia: **27/11/2023**

Título: Indicado por Lula ao STF, Dino diz que dialogará em busca de apoio do Senado

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/indicado-por-lula-ao-stf-dino-diz-que-dialogara-em-busca-de-apoio-do-senado/>

Em suas redes sociais, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, agradeceu a indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e afirmou que irá dialogar pelo apoio do Senado.

“O presidente Lula me honra imensamente com a indicação para Ministro do STF. Agradeço mais essa prova de reconhecimento profissional e confiança na minha dedicação à nossa Nação. Doravante irei dialogar em busca do honroso apoio dos colegas senadores e senadoras. Sou grato pelas orações e pelas manifestações de carinho e solidariedade”, publicou.

A indicação aconteceu na tarde desta segunda-feira (27). Dino ocupará a vaga que estava aberta após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, em setembro.

Agora, o nome do ministro precisa ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, posteriormente, pelo plenário da Casa. Ainda não há data para a análise.

“Tranquilo”, diz ministro ao ser questionado sobre indicação

Logo após deixar o encontro com Lula, Flávio Dino disse, ao ser questionado pela CNN, que está “tranquilo” com a indicação à vaga de Rosa Weber ao Supremo Tribunal Federal (STF) .

Dino saiu da reunião que indicou o nome dele à Suprema Corte e foi direto para uma agenda com a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck.

O encontro, marcado para as 13h30, desta segunda-feira (27), atrasou quase uma hora por causa da reunião de Dino com o presidente Lula e ministros.

Data da notícia: **28/11/2023**

Título: STF rejeita recurso de Bolsonaro e mantém multa de R\$ 20 mil por reunião com embaixadores

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia:
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-rejeita-recurso-de-bolsonaro-e-mantem-multa-de-r-20-mil-por-reuniao-com-embaixadores/>

STF rejeita recurso de Bolsonaro e mantém multa de R\$ 20 mil por reunião com embaixadores

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, na segunda-feira (27), dois recursos apresentados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pelo Partido Liberal (PL) contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que aplicou multa de R\$ 20 mil por propaganda irregular antecipada nas eleições de 2022.

O caso refere-se à reunião convocada pelo então presidente com embaixadores, no Palácio da Alvorada. No evento, realizado em julho do ano passado, Bolsonaro fez ataques ao sistema eleitoral.

Por unanimidade, o colegiado confirmou decisão do ministro Dias Toffoli nos Recursos Extraordinários com Agravo (AREs) 1428927 e 1431329. Segundo o TSE, Bolsonaro divulgou fatos “sabidamente inverídicos e descontextualizados” sobre o processo de votação e apuração de votos.

A Segunda Turma do STF é formada pelos ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Edson Fachin, Nunes Marques e André Mendonça.

No recurso, o ex-presidente e o partido afirmaram que o caso não deveria ter sido analisado pela Justiça Eleitoral, pois o discurso apenas demonstrava dúvidas e inquietações sobre o sistema eletrônico de votação e estaria no âmbito do exercício regular da liberdade de expressão e das prerrogativas do então chefe de Estado.

Segundo ambos, a conduta não seria relevante.

Dias Toffoli reiterou o entendimento de que a divulgação de fatos inverídicos e descontextualizados em discurso para diplomatas representou conduta relevante no âmbito do Direito Eleitoral e foi analisada com base nas normas que tratam da propaganda eleitoral.

Como a decisão do TSE fundamentou-se em normas infraconstitucionais, não houve ofensa direta à Constituição, o que inviabiliza a tramitação de Recurso Extraordinário (RE).

Ainda de acordo com o relator, para chegar a conclusão diversa da do TSE e acolher a tese da defesa de que não houve distorções do processo eleitoral, seria necessário examinar fatos e provas, o que a jurisprudência do STF não permite na análise de RE.

O ARE 1428927 foi julgado na sessão virtual concluída no último dia 20, e o ARE 1431329 na que se encerrou em na última sexta-feira (24).

Data da notícia: **28/11/2023**

Título: Moradores de bairros nobres de São Paulo vivem até 23 anos mais que do que quem vive no extremo-norte

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradores-de-bairros-nobres-de-sao-paulo-vivem-ate-23-anos-mais-que-do-que-quem-vive-no-extremo-norte/>

Moradores do Itaim Bibi e do Jardim Paulista, bairros nobres da região oeste de São Paulo, vivem até 23 anos mais que moradores do Anhanguera, ao norte. É o que aponta a nova

edição do Mapa da Desigualdade de São Paulo, lançado pela rede Nossa São Paulo nesta terça-feira 28.

De acordo com o levantamento, a idade média ao morrer em São Paulo é em média 71 anos, mas valor aumenta na região central e diminui nos extremos da capital paulistana. Enquanto bairros nobres como Alto do Pinheiros e Consolação registram médias de 80, locais como Marsilac, Anhanguera e Cidades Tiradentes, nos extremos sul, leste e norte, variam dos 59 aos 64 anos na estimativa.

A pesquisa, realizada desde 2012, utiliza base de dados públicos de saúde, obituários e registros civis para a obtenção dos números dos 96 distritos localizados em São Paulo. Diferente das projeções de expectativa de vida, o levantamento leva em consideração o número de mortes no local em relação a idade dos óbitos para chegar ao resultado.

Centro de São Paulo é mais violento

Ao analisar dados de violência contra a mulher, contudo, o cenário é inverso. Bairros ao centro como a Sé e a Barra Funda aparecem no topo da lista com 694 ocorrências diante a média de 269, quase 2,6 vezes maior que os demais distritos.

O mesmo se repete ao analisar casos de violência contra a população LGBTQ+, onde a Barra Funda e a República lideram a lista com 78 casos diante a média de 12 por distrito.

Os distritos que possuem as menores médias de idade ao morrer também são as regiões com o maior número de homicídios. Ambos os distritos de Socorro e Cidade Tiradentes registraram aproximadamente 16 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto a média da cidade é de 6,6.

Data da notícia: **29/11/2023**

Título: Pesquisa mostra que 17% dos moradores de favelas no Rio ficam sem água duas vezes por semana

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisa-mostra-que-17-dos-moradores-de-favelas-no-rio-ficam-sem-agua-duas-vezes-por-semana/>

Um levantamento feito pela Rede Favela Sustentável mostra que mais de 270 mil pessoas que moram nas favelas do Rio deixam de ter fornecimento de água pelo menos duas vezes por semana. O número representa 17% do total de moradores de 15 comunidades analisadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. D. 69% dos entrevistados afirmaram ainda que, caso a conta de luz fosse reduzida pela metade, usariam este dinheiro para comprar comida.

O estudo “Justiça Hídrica e Energética nas Favelas” foi apresentado em audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), nesta quarta-feira (29).

A pesquisa identificou também que 25% dos moradores das favelas do Rio sentem um gosto insalubre na água e 31% são obrigados a tomar água da bica para se hidratar.

Segundo a coordenadora da Rede de Favela Sustentável Theresa Williamson, dados da Fundação Oswaldo Cruz mostram que mais de 48 mil pessoas morreram devido às ondas de calor nas regiões metropolitanas brasileiras entre 2000 e 2018.

“Estamos falando de um bem que é direito de todos e de necessidade básica para a subsistência humana. Notar que um número alto da população não tem esse direito garantido é no mínimo um ato criminoso. Temos que pontuar ainda as mudanças climáticas que estamos vivendo com as altas temperaturas. Água é vida”, afirmou Theresa.

Tarifa Social

Moradores das comunidades também relataram no levantamento dificuldade em conseguir o benefício da Tarifa Social, no qual o cliente que atende aos requisitos, passa a pagar o valor mensal de R\$ 22,65 para ter um consumo mínimo de até 15 mil litros de água para o período de 30 dias. Os moradores afirmaram que a lista de documentos para ter o benefício é complexa e extensa e que o incentivo é limitado.

“Ainda não está claro para o usuário da tarifa social o que ele precisa apresentar para comprovar renda e aderir ao benefício. Além disso, estamos falando de moradores de favelas que muitas vezes não têm todos os documentos de fácil acesso e estão tendo a sua água cortada por não possuírem condição de pagar o preço da fatura. Fora isso, é preciso avaliar os casos individualmente, já que tem famílias que trabalham em casa e dependem

de um fornecimento maior de água”, justificou Ana Lúcia Britto, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenadora do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.

Segundo a Águas do Rio, 18% dos clientes da empresa, em apenas uma região, são contemplados com a Tarifa Social. A empresa também afirmou que não há um limite de vagas para a concessão do incentivo.

Questionada sobre a fiscalização das empresas, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) informou que atua em cima do que está estabelecido em contrato.

Durante a audiência na Alerj, a deputada Dani Monteiro (PSol), que é presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, afirmou que vai criar um Projeto de Lei que determine a distribuição de uma quantidade mínima de água sem cobrança de tarifa, conceito conhecido como “mínimo vital”. Ela pretende ainda apresentar uma legislação que puna as empresas que descumprirem este acordo.

Além disso, foi lançada a plataforma de fiscalização popular Olho na Água, onde o cidadão poderá realizar denúncias. No entanto, ainda não há detalhes de como o recurso funcionará.

“A ideia é reunir todas as reclamações em um só lugar para que a gente consiga ter um levantamento ainda mais robusto e preciso quanto ao nosso problema, para no futuro cobrar medidas do Estado e da Agenera”, explicou a parlamentar.

A Rede Favela Sustentável é formada por 400 integrantes, com mais de 195 mobilizadores comunitários de 127 favelas e comunidades do Grande Rio e aliados técnicos.

Data da notícia: **29/11/2023**

Título: Após Zanin, Moraes suspende ação que reconheceu vínculo de emprego entre entregador e aplicativo

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/justica/apos-zanin-moraes-suspende-acao-que-reconheceu-vinculo-de-emprego-entre-entregador-e-aplicativo/>

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, decidiu suspender a decisão da Justiça do Trabalho que obrigava o aplicativo Rappi a assinar a carteira de um entregador. A decisão monocrática foi publicada nesta quarta-feira 29.

Esta é a segunda vitória do aplicativo Rappi no STF, já que no último dia 22 o ministro Cristiano Zanin decidiu de forma parecida com Moraes, anulando o reconhecimento de vínculo empregatício de um entregador com a empresa.

Assim como no caso de Zanin, Moraes argumenta que a Justiça do Trabalho ignora a jurisprudência do Supremo sobre o tema. A decisão anulada é da 16ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e do Tribunal Superior do Trabalho.

Os tribunais davam ganho de causa a um motoboy que processou o Rappi por ter sido contratado como entregador entre abril e agosto de 2019 e que realizava jornadas diárias para o app ganhando cerca de R\$ 300 por semana.

Em nota, enviada à **CartaCapital**, o Rappi comemora a decisão. Segundo a plataforma, esta “é uma vitória não somente para o Rappi, mas para todo o setor de plataformas digitais no Brasil e mais um passo que ajuda a garantir a continuidade deste setor econômico, que está caminhando para ter um inédito marco legal da nova forma de trabalho proposta pelas plataformas digitais”.

Ainda conforme o Rappi, essas decisões ajudam a “garantir a segurança jurídica do modelo de negócio”.

Data da notícia: **29/11/2023**

Título: Deputado apresenta relatório paralelo em CPI no DF e pede o indiciamento de Bolsonaro pelo 8 de Janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/deputado-apresenta-relatorio-paralelo-em-cpi-no-df-e-pede-o-indiciamento-de-bolsonaro-pelo-8-de-janeiro/>

O deputado distrital Fábio Felix (PSOL-DF) apresentou nesta quarta-feira 29 um relatório paralelo na CPI dos Atos Antidemocráticos, instalada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal para apurar os ataques golpistas de 8 de Janeiro.

O relatório oficial, de autoria do deputado Hermeto (MDB), foi aprovado por 6 votos a 1 e isenta Anderson Torres, secretário de Segurança Pública no 8 de Janeiro, e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Já o general Gonçalves Dias, então ministro do GSI está na lista.

Felix, porém, contestou o parecer do relator.

“Esta CPI contou uma história: o que aconteceu em 12 de dezembro e em 8 de Janeiro. Houve uma conspiração golpista iniciada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Temos um ator principal que foi tratado com muita leveza pelo relator”, sustentou o deputado do PSOL.

Entre outros, o voto em separado também pedia o indiciamento do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, do general Augusto Heleno e de Anderson Torres.

Data da notícia: **29/11/2023**

Título: Lula diz a ministros que tem “vontade” de escolher uma mulher para a pasta da Justiça

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-diz-a-ministros-que-tem-vontade-de-escolher-uma-mulher-para-a-pasta-da-justica/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dito a ministros do Planalto que pode indicar uma mulher para a pasta da Justiça, caso o nome de Flávio Dino para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) seja aprovado pelo Senado.

A indicação de Dino foi formalizada na segunda-feira. No mesmo dia, em conversa com os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação), Lula externou que está com “vontade” de escolher uma mulher.

A intenção, segundo apurou a CNN, foi interpretada dentro do governo como medida compensatória pela não indicação de outra mulher para o lugar de Rosa Weber, que deixou a Suprema Corte em setembro.

Entre as cotadas para o lugar de Flávio Dino, aparecem a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Apesar da pressão de aliados, entre eles integrantes do PT, o governo não está decidido a desmembrar a pasta em duas, uma de Justiça e outra Segurança Pública.

Lula tem sido aconselhado a não mexer porque uma pasta somente para cuidar das polícias poderia resultar em pressão corporativa em cima do governo.

Data da notícia: **30/11/2023**

Título: Cidades da Amazônia Legal têm taxa de assassinatos 45% maior que média do Brasil

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cidades-da-amazonia-legal-tem-taxa-de-assassinatos-45-maior-que-media-do-brasil/>

Os 772 municípios que compõem a região chamada Amazônia Legal registraram em 2022 uma taxa de homicídios 45% superior à média das cidades brasileiras. O dado consta do estudo Cartografias da Violência na Amazônia, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto Mãe Crioula, cuja segunda edição foi divulgada nesta quinta-feira (30).

De acordo com o levantamento, ocorreram 33,8 mortes violentas intencionais a cada 100 mil habitantes da Amazônia Legal, ante 23,3 assassinatos por 100 mil brasileiros. Essa diferença de 45% abrange tanto cidades classificadas como urbanas quanto as rurais.

Quando o recorte é restrito aos municípios mais urbanizados, a discrepância fica ainda maior e chega a 52% (35,1 mortes por 100 mil pessoas).

Em números absolutos, o estudo constata uma pequena redução nas mortes violentas intencionais entre 2021 e 2022: foram 9.011 casos no ano passado, 1,7% a menos que os 9.096 assassinatos ocorridos no período anterior.

Quatro dos nove estados da região registraram mais de mil homicídios no ano passado: Pará (2.997), Maranhão (1.606), Amazonas (1.531) e Mato Grosso (1.072).

A maior taxa foi registrada no Amapá, com 50,6 casos a cada 100 mil habitantes, apesar da redução de 25% nesse índice – em 2021, o estado teve mais de 67 assassinatos por grupo de 100 mil pessoas.

Todos os estados da região estão acima da média nacional – apenas Acre (28,6), Maranhão (28,5) e Mato Grosso (29,3) registram patamar abaixo dos 30 assassinatos por 100 mil pessoas.

Em ambos os dados relacionados ao Maranhão, foram consideradas as estatísticas relacionadas aos 181 municípios do estado que fazem parte da Amazônia Legal, e não o território total da unidade federativa.

Maior risco aos indígenas e às mulheres

O estudo aponta o mesmo fenômeno de maior violência em comparação ao cenário nacional quando se faz um recorte em relação aos povos indígenas, ainda que em uma discrepância inferior à da população geral.

A Amazônia Legal registrou em 2022 13,1 mortes violentas a cada 100 mil indígenas, índice 26% maior que a taxa fora da região, de 10,4 casos a cada 100 mil pessoas.

Também foi constatado maior risco à vida das mulheres que vivem na Amazônia legal. A taxa de feminicídio na região foi de 1,8 casos a cada 100 mil amazônidas, acima dos 1,4 registros por 100 mil brasileiras.

A taxa de mortes violentas intencionais entre as mulheres (quando se somam os casos em que a vítima assassinada é do sexo feminino), chega-se a 5,2 casos por 100 mil pessoas, ante 3,9 em todo o Brasil. Já a taxa de estupros na região foi 33,8% superior à média

nacional (49,4 vítimas a cada 100 mil pessoas da Amazônia Legal, contra 36,9 por 100 mil brasileiros).

Data da notícia: **30/11/2023**

Título: Desemprego cai para 7,6% e população ocupada supera 100 milhões

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/economia/desemprego-cai-para-76-e-populacao-ocupada-supera-100-milhoes/>

A taxa de desocupação no país caiu para 7,6% no trimestre encerrado em outubro. O percentual representa uma queda de 0,3% na comparação com os três meses anteriores. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta quinta-feira 30 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa mostrou, também, que o patamar de desemprego atual é o mais baixo desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2015.

De acordo com o levantamento, os percentuais divulgados hoje mostram que a população desempregada no Brasil é de 8,3 milhões de pessoas. Na outra ponta, a população ocupada foi de 100,2 milhões de pessoas, superando pela primeira vez a barreira dos 100 milhões.

O crescimento da população ocupada foi de 0,9% em comparação ao trimestre anterior. Segundo a coordenadora da Pnad Contínua, Adriana Beringuy, “a população ocupada segue tendência de aumento que já havia sido observada no trimestre anterior”.

O aumento no número de pessoas ocupadas foi identificado nas diversas modalidades de trabalho. Vale destacar que a Pnad Contínua é a principal ferramenta de monitoramento da força de trabalho no país, medindo não apenas os trabalhos formais com carteira assinada, mas, também, o número de trabalhadores por conta própria.

Segundo a pesquisa, o Brasil tem, atualmente, cerca de 37,4 milhões de pessoas trabalhando com carteira assinada no setor privado. O montante, que não inclui

trabalhadores domésticos, é o maior no país desde janeiro de 2015. Para o trabalho formal, o volume representa um aumento de 1,6% em comparação ao trimestre anterior.

O número de trabalhadores informais também cresceu: 25,6 milhões de pessoas, representando um aumento de 1,3% em relação ao último trimestre.

A taxa de informalidade, assim, segue rondando a casa dos 40% no país. A pesquisa divulgada nesta quinta mostrou que a taxa ficou em 39,1%, com queda mínima (-0,1%) na comparação com o trimestre anterior.

Renda aumenta

No balanço entre trabalho formal e informal, a renda média dos trabalhadores brasileiros é de 2.999 reais, valor que cresceu 1,7% no trimestre e 3,9% no ano. “Ou seja, a leitura que podemos fazer é que há um ganho quantitativo, com aumento da população ocupada, e quantitativo, com o aumento do rendimento médio”, avalia Beringuy. A subida no rendimento, porém, só foi verificada de maneira expressiva no caso dos empregados com carteira de trabalho assinada.

A Pnad Contínua foi feita nos 26 estados e no Distrito Federal. Os dados divulgados ainda não tomam como base o Censo Demográfico 2022, mas o IBGE já informou que pretende fazer a revisão a partir de 2024.

Data da notícia: **30/11/2023**

Título: Ministério da saúde inclui burnout e Covid na lista de doenças relacionadas ao trabalho

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/saude/ministerio-da-saude-inclui-burnout-e-covid-na-lista-de-doencas-relacionadas-ao-trabalho/>

O Ministério da saúde incluiu Burnout e Covid-19 na lista de doenças que causam danos à integridade física ou mental do trabalhador. A lista, que não era atualizada há 24 anos,

também agrega outras 165 patologias, como distúrbios musculares, esqueléticos e alguns tipos de câncer.

A adequação de novos protocolos na saúde do trabalho faz parte do compromisso do governo em 'retomar o protagonismo' na coordenação nacional de saúde do trabalhador.

O documento cita tanto riscos para o desenvolvimento de doenças quanto uma lista de doenças para identificação, diagnóstico e tratamento. Com a atualização, o número de diagnósticos possíveis salta de 182 para 347.

As mudanças propostas têm o intuito de contribuir também para a estruturação de novas medidas de assistência e vigilância que possibilitem locais de trabalhos mais seguros e saudáveis. O documento servirá tanto para o trabalho formal quanto o informal.

A nova portaria já foi aceita pelos ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social. O texto passa a valer após 30 dias da publicação no Diário Oficial da União.